Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 7

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 8

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 9

Demonstração de Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 16

Demonstração do Resultado Abrangente 17

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 20

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 21

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 22

Demonstração de Valor Adicionado 23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 25

Notas Explicativas 42

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 129

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 133

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 134

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.583.506
Preferenciais	0
Total	203.583.506
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	8.658.127	11.962.030	10.380.064
1.01	Ativo Circulante	40.427	27.220	48.156
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.693	12.179	431
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.384	13.393	8.763
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.384	13.393	8.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.350	1.648	38.962
1.01.08.03	Outros	13.350	1.648	38.962
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	13.350	1.648	38.962
1.02	Ativo Não Circulante	8.617.700	11.934.810	10.331.908
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.525	56.202	1.569.445
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	50.525	56.202	1.569.445
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	49.974	55.315	48.108
1.02.01.10.04	Depósitos e bloqueios judiciais	551	887	710
1.02.01.10.05	Partes relacionadas	0	0	1.515.000
1.02.01.10.06	Outros	0	0	5.627
1.02.02	Investimentos	8.504.155	11.815.588	8.699.443
1.02.02.01	Participações Societárias	8.504.155	11.815.588	8.699.443
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	8.504.155	11.815.588	8.699.443
1.02.04	Intangível	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01	Intangíveis	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01.02	Ágio	63.020	63.020	63.020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	8.658.127	11.962.030	10.380.064
2.01	Passivo Circulante	76.451	1.548.016	40.750
2.01.02	Fornecedores	92	156	463
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	92	156	463
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.411	1.204	288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.411	1.204	288
2.01.03.01.02	Outros	2.411	1.204	288
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	1.528.037	35.983
2.01.04.02	Debêntures	0	1.528.037	35.983
2.01.05	Outras Obrigações	73.948	18.619	4.016
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	73.948	18.619	4.016
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	73.948	18.619	4.016
2.02	Passivo Não Circulante	2.050.388	485.218	1.917.674
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.515.000
2.02.01.02	Debêntures	0	0	1.515.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.050.388	485.218	402.674
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.050.388	485.218	402.674
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	2.050.388	485.218	402.674
2.03	Patrimônio Líquido	6.531.288	9.928.796	8.421.640
2.03.01	Capital Social Realizado	9.509.569	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	3.293.084	1.455.708	-709.674
2.03.04.01	Reserva Legal	165.494	77.080	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.127.590	1.449.873	0
2.03.04.11	Ganhos e perdas em transações de capital	0	-71.245	-709.674
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-70.207
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.271.365	-1.036.481	-308.048
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.379	-709.674	0
2.03.08.02	Outros resultados abrangentes	-29.986	-326.807	-308.048

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.040.068	1.709.271	551.367
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-765	-275	-443
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.970	-1.350	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.042.803	1.710.896	551.810
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.040.068	1.709.271	551.367
3.06	Resultado Financeiro	-105.042	-96.723	-15.728
3.06.01	Receitas Financeiras	671	31.265	95.795
3.06.02	Despesas Financeiras	-105.713	-127.988	-111.523
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.935.026	1.612.548	535.639
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	722
3.08.02	Diferido	0	0	722
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.935.026	1.612.548	536.361
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.935.026	1.612.548	536.361
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,0095	0,00792	0,00263
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,0095	0,00792	0,00263

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	1.935.026	1.612.548	536.361
4.02	Outros Resultados Abrangentes	296.821	-18.759	-243.109
4.02.01	Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	444.934	-21.176	-367.055
4.02.02	Efeito de IR e CS sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício	-151.277	7.200	124.798
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento no exterior	3.164	-4.783	-852
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.231.847	1.593.789	293.252

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.359	-12.376	-9.988
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.484	-2.989	-6.072
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.935.026	1.612.548	536.361
6.01.01.02	Provisão para variação cambial	27.170	82.544	10.915
6.01.01.03	Juros provisionados	78.123	12.815	-680
6.01.01.04	Tributos diferidos, líquidos	0	0	-722
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-2.042.803	-1.710.896	-551.810
6.01.01.06	Provisão para contingências	0	0	-136
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.875	-9.387	-3.916
6.01.02.01	Tributos a recuperar, líquidos	351	-11.837	115
6.01.02.02	Obrigações fiscais. líquidas	1.206	916	-105
6.01.02.03	Parte relacionadas	-11.703	2.020	1.694
6.01.02.05	Fornecedores	-64	-307	30
6.01.02.07	Provisões	0	0	-6
6.01.02.10	Outras obrigações circulantes e não circulantes	335	-179	-5.644
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	23.855	24.124	10.000
6.02.01	Aumento de capital	-34.500	-1.000	0
6.02.02	Aumento de participação	-131.693	-16	0
6.02.05	Dividendos	190.048	25.140	10.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.982	0	0
6.03.01	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas obtidos	1.538.000	0	0
6.03.02	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas pagos	-1.515.000	0	0
6.03.03	Juros pagos	-37.982	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.486	11.748	12
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.179	431	419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.693	12.179	431

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796
5.02.01	Ajustes de exercícios anteriores	0	0	71.245	0	-71.245	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	1.526.953	0	-1.107.726	9.928.796
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14.645	-183.540	-5.460.460	-5.629.355
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	14.645	0	0	14.645
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.799	0	-16.799
5.04.10	Prescrição de dividendos	0	0	0	954	0	954
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-168.421	-5.460.460	-5.628.881
5.04.12	Efeito de cisão	0	0	0	726	0	726
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.935.026	296.821	2.231.847
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.935.026	0	1.935.026
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	296.821	296.821
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	293.657	293.657
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento liquido em controlada no exterior	0	0	0	0	3.164	3.164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.751.486	-1.751.486	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	88.414	-88.414	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.663.072	-1.663.072	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	709.674	0	-709.674	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	0	-70.207	-1.017.722	8.421.640
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.245	-14.645	0	-85.890
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-71.245	0	0	-71.245
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-14.645	0	-14.645
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.805	-18.759	1.593.046
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.612.548	0	1.612.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-743	-18.759	-19.502
5.05.02.06	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-743	0	-743
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-13.976	-13.976
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-4.783	-4.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.526.953	-1.526.953	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.080	-77.080	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.449.873	-1.449.873	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-12	0	0	-12
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-12	0	0	-12
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.454	-243.109	291.345
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	536.361	0	536.361
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.907	-243.109	-245.016
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-242.257	-242.257
5.05.02.07	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-1.907	0	-1.907
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-852	-852
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	378	-238	-398
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	378	-238	-398
7.03	Valor Adicionado Bruto	378	-238	-398
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	378	-238	-398
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.043.474	1.742.161	647.605
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.042.803	1.710.896	551.810
7.06.02	Receitas Financeiras	671	31.265	95.795
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.043.852	1.741.923	647.207
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.043.852	1.741.923	647.207
7.08.01	Pessoal	42	37	45
7.08.01.01	Remuneração Direta	42	37	45
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.104	2.812	5
7.08.02.01	Federais	3.104	2.812	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.680	126.526	110.796
7.08.03.01	Juros	78.141	43.522	92.859
7.08.03.03	Outras	27.539	83.004	17.937
7.08.03.03.01	Variações cambiais passivas	27.170	82.544	11.036
7.08.03.03.02	Outras	369	460	4.194
7.08.03.03.03	Atualização monetária	0	0	2.707
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.935.026	1.612.548	536.361
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.935.026	1.612.548	536.361

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	93.039.011	76.972.969	75.983.072
1.01	Ativo Circulante	11.714.523	10.053.361	8.945.802
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.738.910	533.253	197.722
1.01.03	Contas a Receber	6.117.610	4.832.497	4.856.934
1.01.03.01	Clientes	6.117.610	4.832.497	4.856.934
1.01.04	Estoques	409.679	414.074	291.674
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.218.853	1.125.706	589.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.218.853	1.125.706	589.328
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.288.408	1.163.258	993.052
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	941.063	1.984.573	2.017.092
1.01.08.03	Outros	941.063	1.984.573	2.017.092
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	491.044	1.490.346	1.444.680
1.01.08.03.02	Outros ativos contratuais	195.526	226.794	224.789
1.01.08.03.03	Ativo atuarial	120.495	135.928	135.928
1.01.08.03.04	Outros	133.998	131.505	211.695
1.02	Ativo Não Circulante	81.324.488	66.919.608	67.037.270
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.043.687	14.152.323	14.509.019
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.000	0	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.000	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.042.687	14.152.323	14.509.019
1.02.01.10.03	Depósitos e bloqueios judiciais	3.948.262	3.285.828	3.463.592
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.365.592	1.769.492	2.006.662
1.02.01.10.05	Tributos diferidos	11.280.749	7.600.750	7.562.178
1.02.01.10.06	Outros ativos contratuais	14.456	17.977	11.883
1.02.01.10.07	Despesas antecipadas	1.326.843	1.244.458	1.171.524
1.02.01.10.08	Ativo atuarial	20	121.655	205.176
1.02.01.10.09	Outros	106.765	112.163	88.004
1.02.02	Investimentos	174.275	1.989.646	784.219
1.02.02.01	Participações Societárias	174.275	1.989.646	784.219

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	174.256	1.989.627	784.200
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	19	19	19
1.02.03	Imobilizado	47.193.028	40.871.061	41.534.306
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.845.809	29.819.876	30.232.600
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.132.633	5.085.894	5.903.784
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.214.586	5.965.291	5.397.922
1.02.04	Intangível	14.913.498	9.906.578	10.209.726
1.02.04.01	Intangíveis	14.913.498	9.906.578	10.209.726
1.02.04.01.02	Intangível em operação	10.607.345	9.495.780	9.930.399
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	4.306.153	410.798	279.327

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	93.039.011	76.972.969	75.983.072
2.01	Passivo Circulante	24.248.036	15.635.839	15.385.623
2.01.02	Fornecedores	12.614.788	7.657.181	9.025.208
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.614.788	7.657.181	9.025.208
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.569.534	677.388	102.255
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.459.734	647.036	73.255
2.01.03.01.05	Outros	11.987	5.220	3.841
2.01.03.01.06	Obrigações fiscais federais	1.447.747	641.816	69.414
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	81.775	708	1.715
2.01.03.02.03	Obrigações fiscais estaduais	81.775	708	1.715
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	28.025	29.644	27.285
2.01.03.03.01	Obrigações fiscais estaduais	28.025	29.644	27.285
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.857.462	3.039.140	1.569.486
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.255.125	374.162	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.255.125	374.162	0
2.01.04.02	Debêntures	3.602.337	2.664.978	1.569.486
2.01.05	Outras Obrigações	3.759.622	3.786.777	4.191.874
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	794.380	1.686.421	2.178.451
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	794.380	1.686.421	2.178.451
2.01.05.02	Outros	2.965.242	2.100.356	2.013.423
2.01.05.02.04	Receitas diferidas	170.150	176.183	50.823
2.01.05.02.05	Passivo atuarial	9.996	11.833	14.563
2.01.05.02.06	Outras obrigações	451.504	421.429	436.418
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	2.333.592	1.490.911	1.511.619
2.01.06	Provisões	446.630	475.353	496.800
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	92.574	63.851	73.904
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	92.574	63.851	73.904
2.01.06.02	Outras Provisões	354.056	411.502	422.896
2.01.06.02.04	Participação de empregados no resultado	354.056	411.502	422.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02	Passivo Não Circulante	55.007.736	40.671.531	43.273.109
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	5.654.615	6.070.078
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.154.615	2.455.078
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	2.154.615	2.455.078
2.02.01.02	Debêntures	0	3.500.000	3.615.000
2.02.02	Outras Obrigações	45.952.553	26.918.455	29.515.676
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.383.332	19.019.421	21.232.822
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	36.383.332	19.019.421	21.232.822
2.02.02.02	Outros	9.569.221	7.899.034	8.282.854
2.02.02.02.03	Passivo atuarial	1.766.691	2.566.859	2.359.249
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais, líquidas	150.370	145.177	145.177
2.02.02.02.05	Outras obrigações, líquidas	454.609	323.584	268.575
2.02.02.02.06	Receitas diferidas	211.491	106.172	125.232
2.02.02.02.07	Fornecedores	1.568.029	824.294	769.880
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	5.418.031	3.932.948	4.614.741
2.02.04	Provisões	9.055.183	8.098.461	7.687.355
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.371.322	7.289.185	6.975.839
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.857.193	4.590.536	4.408.455
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.003.713	890.787	924.350
2.02.04.01.06	Provisões cíveis e regulatório	2.510.416	1.807.862	1.643.034
2.02.04.02	Outras Provisões	683.861	809.276	711.516
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento de ativos	683.861	809.276	711.468
2.02.04.02.05	Provisão para perdas com investimentos	0	0	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	13.783.239	20.665.599	17.324.340
2.03.01	Capital Social Realizado	9.509.569	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	3.293.084	1.455.708	-709.674
2.03.04.01	Reserva Legal	165.494	77.080	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.127.590	1.449.873	0
2.03.04.11	Ganhos e perdas em transações de capital	0	-71.245	-709.674

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-70.207
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.271.365	-1.036.481	-308.048
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.379	-709.674	0
2.03.08.02	Outros Resultados abrangentes	-29.986	-326.807	-308.048
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	7.251.951	10.736.803	8.902.700

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.717.998	36.207.874	35.210.215
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.775.050	-20.493.613	-19.491.026
3.03	Resultado Bruto	15.942.948	15.714.261	15.719.189
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.533.461	-8.740.584	-9.812.868
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.636.889	-6.969.586	-7.232.624
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.029.301	-2.599.974	-2.898.674
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.649.205	929.430	871.908
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-549.098	-269.615	-316.184
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.622	169.161	-237.294
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.409.487	6.973.677	5.906.321
3.06	Resultado Financeiro	-5.418.903	-3.979.283	-3.642.839
3.06.01	Receitas Financeiras	405.765	498.432	847.775
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.824.668	-4.477.715	-4.490.614
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	990.584	2.994.394	2.263.482
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.461.580	481.469	-760.866
3.08.01	Corrente	-643.256	449.771	-374.179
3.08.02	Diferido	3.104.836	31.698	-386.687
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.452.164	3.475.863	1.502.616
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.452.164	3.475.863	1.502.616
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.935.026	1.612.548	536.361
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.517.138	1.863.315	966.255

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.452.164	3.475.863	1.502.616
4.02	Outros Resultados Abrangentes	648.114	-41.457	-537.645
4.02.01	Perda na atualização do plano de benefício	971.556	-46.829	-811.639
4.02.02	Efeito de IR e CS sobre a perda na atualização do plano de benefício	-330.329	15.922	275.957
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento no exterior	6.887	-10.550	-1.963
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.100.278	3.434.406	964.971
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.231.847	1.593.789	293.252
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.868.431	1.840.617	671.719

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.315.430	14.266.759	14.412.823
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.377.725	16.433.394	14.679.415
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	3.452.164	3.475.863	1.502.616
6.01.01.02	Depreciação e amortização	10.155.172	8.167.656	7.902.650
6.01.01.03	Tributos diferidos, líquidos	-3.104.836	-31.698	386.687
6.01.01.04	Provisão para variação cambial	947.859	71.970	9.072
6.01.01.05	Provisão para perdas de crédito esperadas	635.088	664.678	778.217
6.01.01.06	Provisão para perdas em estoques	10.951	6.350	5.306
6.01.01.07	Baixa de imobilizado e intangível	278.770	133.103	60.329
6.01.01.08	Provisão de juros e atualização monetária	4.480.179	3.481.852	3.322.404
6.01.01.09	Provisão para contingências	615.145	530.048	497.265
6.01.01.10	Provisão para desmantelamento de ativos	-60.145	102.733	-22.425
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-32.622	-169.161	237.294
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.937.705	-2.166.635	-266.592
6.01.02.01	Contas a receber	-1.216.180	-640.241	-815.028
6.01.02.02	Estoque	-243	-128.751	34.602
6.01.02.03	Tributos a recuperar, líquidos	114.772	-257.241	2.230.677
6.01.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	81.688	213.555	-30.701
6.01.02.05	Outros ativos	243.570	99.574	129.302
6.01.02.06	Fornecedores e outras contas a pagar	5.004.916	-1.300.426	-1.038.768
6.01.02.07	Obrigações fiscais	313.611	575.133	-59.924
6.01.02.09	Provisões	-1.007.981	-521.207	-427.389
6.01.02.10	Receitas diferidas	1.326	106.300	-54.006
6.01.02.11	Partes relacionadas, líquidas	366.523	-68.543	-471.743
6.01.02.12	Despesass antecipadas	69.356	-251.239	-412.367
6.01.02.13	Obrigações sociais e trabalhistas	-33.653	6.451	115.891
6.01.02.14	Passivo de arrendamento	0	0	532.862
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.084.991	-8.098.464	-8.644.409
6.02.01	Adiçoes para imobilizado e intangível	-16.312.306	-7.794.446	-8.632.409

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.02	Aumento de participação	0	-304.018	-12.000
6.02.03	Aumento de capital	-700	0	0
6.02.04	Dividendos	7.461	0	0
6.02.05	Caixa e equiv de caixa proveniente de consolidação de empresas	220.554	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.024.782	-5.832.764	-5.663.575
6.03.04	Pagamento de arrendamento	-2.399.964	-1.551.544	-1.499.848
6.03.05	Financiamento, debêntures, mútuo pagos	-29.817.838	-3.825.369	-5.828.845
6.03.06	Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	29.861.083	2.500.000	4.704.370
6.03.07	Juros pagos	-1.668.063	-2.955.851	-3.039.252
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.205.657	335.531	104.839
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	533.253	197.722	92.883
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.738.910	533.253	197.722

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796	10.736.803	20.665.599
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	71.245	0	-71.245	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	1.526.953	0	-1.107.726	9.928.796	10.736.803	20.665.599
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	14.645	-183.540	-5.460.460	-5.629.355	-5.353.283	-10.982.638
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	14.645	0	0	14.645	0	14.645
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.799	0	-16.799	0	-16.799
5.04.10	Prescrição de dividendos	0	0	0	954	0	954	240	1.194
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-168.421	-5.460.460	-5.628.881	-5.353.523	-10.982.404
5.04.12	Efeito de cisão	0	0	0	726	0	726	0	726
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.935.026	296.821	2.231.847	1.868.431	4.100.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.935.026	0	1.935.026	1.517.138	3.452.164
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	296.821	296.821	351.293	648.114
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	293.657	293.657	347.570	641.227
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento liquido em controlada no exterior	0	0	0	0	3.164	3.164	3.723	6.887
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.751.486	-1.751.486	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	88.414	-88.414	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.663.072	-1.663.072	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288	7.251.951	13.783.239

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640	8.902.700	17.324.340
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	709.674	0	-709.674	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	0	-70.207	-1.017.722	8.421.640	8.902.700	17.324.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.245	-14.645	0	-85.890	-5.627	-91.517
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-71.245	0	0	-71.245	0	-71.245
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-14.645	0	-14.645	0	-14.645
5.04.10	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-5.627	-5.627
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.611.805	-18.759	1.593.046	1.839.730	3.432.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.612.548	0	1.612.548	1.863.315	3.475.863
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-743	-18.759	-19.502	-23.585	-43.087
5.05.02.06	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-743	0	-743	-887	-1.630
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-13.976	-13.976	-16.931	-30.907
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-4.783	-4.783	-5.767	-10.550
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.526.953	-1.526.953	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.080	-77.080	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.449.873	-1.449.873	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	1.455.708	0	-1.036.481	9.928.796	10.736.803	20.665.599

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307	8.249.530	16.379.837
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	-709.662	-604.661	-64.939	8.130.307	8.249.530	16.379.837
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-12	0	0	-12	-16.262	-16.274
5.04.08	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	-12	0	0	-12	-16.262	-16.274
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	534.454	-243.109	291.345	669.432	960.777
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	536.361	0	536.361	966.255	1.502.616
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.907	-243.109	-245.016	-296.823	-541.839
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial em controlada	0	0	0	0	-242.257	-242.257	-293.425	-535.682
5.05.02.07	Efeitos de outras movimentações de controladas	0	0	0	-1.907	0	-1.907	-2.287	-4.194
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-852	-852	-1.111	-1.963
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	-709.674	-70.207	-308.048	8.421.640	8.902.700	17.324.340

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	50.455.867	46.559.510	45.053.896
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	51.168.516	47.478.780	46.230.941
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-712.649	-919.270	-1.177.045
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.907.943	-15.034.008	-14.678.579
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.625.453	-6.778.299	-6.623.160
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.282.490	-8.255.709	-8.055.419
7.03	Valor Adicionado Bruto	33.547.924	31.525.502	30.375.317
7.04	Retenções	-10.155.172	-8.167.656	-7.902.650
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.155.172	-8.167.656	-7.902.650
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.392.752	23.357.846	22.472.667
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	438.387	667.593	610.481
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.622	169.161	-237.294
7.06.02	Receitas Financeiras	405.765	498.432	847.775
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.831.139	24.025.439	23.083.148
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	23.831.139	24.025.439	23.083.148
7.08.01	Pessoal	3.774.172	3.716.819	3.831.603
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.832.684	1.919.917	1.954.281
7.08.01.02	Benefícios	710.811	650.410	698.308
7.08.01.03	F.G.T.S.	132.751	219.009	221.602
7.08.01.04	Outros	1.097.926	927.483	957.412
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.593.226	12.294.626	13.191.301
7.08.02.01	Federais	1.004.882	2.906.927	3.924.301
7.08.02.02	Estaduais	9.378.617	9.179.310	9.071.279
7.08.02.03	Municipais	209.727	208.389	195.721
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.011.577	4.538.131	4.557.628
7.08.03.01	Juros	3.453.857	3.038.152	3.354.710
7.08.03.02	Aluguéis	252.802	94.872	82.771
7.08.03.03	Outras	2.304.918	1.405.107	1.120.147
7.08.03.03.01	Variações cambiais passivas	1.037.627	356.515	113.449

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03.03.02	Atualização monetária	0	99.579	0
7.08.03.03.04	Outras despesas financeiras	1.267.291	949.013	1.006.698
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.452.164	3.475.863	1.502.616
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.935.026	1.612.548	536.361
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.517.138	1.863.315	966.255

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Telecom" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

1- Introdução

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), bem como serviços de outras naturezas, dentre os quais a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado – SVA e *call center*; além de comercialização e locação de equipamentos. A Companhia explora, ainda, por meio da controlada, atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes sociedades:

- Claro S.A. ("Claro"): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimidia – SCM, além de outros serviços como *"Streaming*", Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.

- Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.

- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home- DTH*), bem como serviços de outras naturezas tais como Serviços de Valor Adicionado – SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.

- Americel S.A. ("Americel"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimidia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens.

- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"): Prestação de serviços de tele atendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.

- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colombia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

- Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.

- Telmex do Brasil S.A. ("TdB"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA.

- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento ("Claro Pay"): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas.

Operações societárias relevantes:

Em dezembro de 2019 nosso acionista controlador América Móvil adquiriu algumas empresas no exterior, dentre as quais a controladora indireta da empresa brasileira Nextel Telecomunicações Ltda. (atualmente denominada Claro NXT Telecomunicações S.A.). No final de outubro de 2020, a Anatel concedeu anuência para consolidação das outorgas e frequências de serviço celular da Claro NXT na Claro, permitindo que a Claro passasse a deter participação acionária na Claro NXT. A consolidação das outorgas e frequências de serviço celular da Claro NXT na Claro, assim como as movimentações financeiras e societárias que permitiram que a Claro passasse a deter participação na Claro NXT, foram realizadas em 05 de fevereiro de 2021. Ainda, em abril e junho de 2021 a Anatel aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. As movimentações financeiras e societárias que permitiram tal operação foram realizadas em 30 de junho de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Compra da operação de telefonia móvel – Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi:

Em 14 de dezembro de 2020 foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), feita em conjunto pela Claro, Telefônica Brasil S.A. e a TIM S.A. ("Compradoras"). O valor de compra totaliza R$16,5 bilhões (incluindo R$756 milhões por serviços a serem prestados no período de transição por até 12 meses pelo Grupo Oi às Compradoras), sendo a Claro responsável por R$3,7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as Partes o contrato de compra e venda de ações e outras avenças relacionado às UPI Ativos Móveis. A consumação da aquisição pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das compradoras adquirirá ações de uma SPE (Sociedade de propósito específico) contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato.

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, em deliberação ocorrida na 190ª Sessão Ordinária de Julgamento, aprovou a venda da UPI Ativos Móveis pela Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") e Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi S.A.") para as Compradoras, sujeita à celebração e ao cumprimento de condicionantes previstos no Acordo em Controle de Concentrações. A decisão do CADE foi publicada no Diário Oficial da União (DoU) em 16 de fevereiro de 2022. Não obstante as aprovações do CADE e da ANATEL, esta última publicada no Diário Oficial da União (DoU) do dia 1º de fevereiro de 2022, o fechamento da Transação ainda está sujeito a verificação de condições precedentes adicionais que ainda não foram verificadas.

2 – Cenário Macroeconômico

Em 2021, com o crescente aumento da vacinação contra o Covid-19 das populações dos países, a economia mundial entrou em processo de recuperação gradual. O cenário global fortemente impactado pela crise sanitária, com efeitos nas cadeias produtivas, aumento de custos industriais e alta da inflação, certamente ainda deverá demandar tempo para a plena recuperação da atividade econômica em grande parte dos países por mais algum tempo.

A economia brasileira não escapou desse quadro global, e o desempenho observado dos indicadores econômicos reforçam a percepção de evolução gradual, de recuperação dos empregos das famílias e de uma gradual retomada da atividade econômica.

Diante deste cenário de recessão econômica e da crise sanitária mundial, no decorrer de 2021, o Banco Central fez sucessivos aumentos na taxa básica de juros (SELIC), encerrando 2021 a 9,15%a.a. (contra 2%a.a no final de 2020). A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2021 cotada a R$ 5,5805, (7,4% acima da taxa de encerramento de 2020, que foi de R$5,1967).

Para 2022, a expectativa é pela manutenção do processo de recuperação gradual da atividade econômica no país, com retomada da agenda de reformas estruturais e de ajuste fiscal. No entanto, as eleições, nos âmbitos, federal e estaduais, podem trazer instabilidade política e afetar o ritmo de recuperação econômica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 - Pandemia da Covid-19 e seus impactos

Neste ano de 2021 extremamente atípico e desafiador, marcado pela continuidade da pandemia do COVID-19, foi dado seguimento ao funcionamento do Comitê de Crise (criado desde o início da pandemia em 2020), formado por membros da alta administração da Companhia com objetivo de dar celeridade às avaliações e decisões sobre as medidas preventivas e necessárias à continuidade dos negócios, à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders*, assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Destacamos abaixo as principais medidas adotadas que visaram atenuar os efeitos da pandemia para nossos clientes, fornecedores, parceiros e colaboradores, e para a sociedade de uma forma geral:

- Em apoio aos clientes massivos, procuramos desde o início do isolamento social mantê-los conectados, incentivando o uso de serviços por meio de canais digitais e flexibilizando as condições de pagamento para os mais impactados;

- Para os clientes de pequenas e médias empresas, altamente afetados pelo isolamento social, com objetivo de minimizar os prejuízos experienciados neste período, foi disponibilizada a plataforma "Push do Bem", através da qual tais clientes puderam anunciar, de forma 100% *online*, seus produtos ao mercado;

- Para os clientes corporativos, com intuito de apoiá-los em suas necessidades imediatas e na continuidade de seus negócios, foram lançadas soluções tais como o *Smart Office* e soluções de nuvem, que facilitaram a adoção do trabalho remoto. Destaca-se também as soluções que contribuíram com os Governos na distribuição do auxílio emergencial, em ações de *e-Learning* e no funcionamento dos hospitais de emergência;

- Medidas para garantir que a rede continuasse funcionando normalmente, apesar do crescimento significativo observado no consumo dos clientes, que precisaram trabalhar e estudar massivamente de forma remota;

- Provimento de infraestrutura necessária aos colaboradores e seus familiares para que os mesmos pudessem trabalhar com saúde e segurança em sistema de home office. Para aqueles colaboradores cujas atividades foram enquadradas como essenciais e que portanto precisaram manter o exercício de suas atividades in loco, foram fornecidos todos os equipamentos de proteção necessários para mantê-los trabalhando com segurança.

Até o momento, pode-se dizer que a Companhia não sofreu impactos materiais em seus negócios em decorrência da pandemia, além daqueles obviamente decorrentes de um cenário econômico mais adverso (desemprego, inflação, inadimplência, etc). A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia aos clientes, fornecedores, parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar as medidas necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 – Desempenho Operacional

A Companhia e suas controladas, obtiveram em 2021 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam.

✓ **Relevantes conquistas no ano:**

- Em janeiro de 2021, a Claro lançou oficialmente o "Claro Box TV", serviço prestado a partir de aparelho de streaming, uma alternativa moderna em termos de conteúdo e entretenimento;
- A Claro, a Embratel e a AWS (*Amazon Web Services*) anunciaram parceria para geração de novas oportunidades de negócios e para acelerar a adoção de aplicações inovadoras baseadas em nuvem;
- Claro premiada como "Empresa do Ano" pelo Anuário Telecom, fórum que analisa o desempenho financeiro de todas as empresas brasileiras no segmento de telecomunicações;
- Ookla, plataforma mais popular e referência em testes e análises, reconheceu a Claro como (i) rede móvel mais rápida e mais bem avaliada pelos consumidores, se destacando inclusive nas primeiras medições na nova tecnologia 5G; (ii) internet móvel mais rápida do Brasil e da América do Sul; e (iii) banda larga fixa de maior consistência e estabilidade;
- Carteira digital Claro Pay atingiu 1 milhão de downloads em dezembro/2021, sendo o app nº 1 na *Google Play Store* no Brasil em *downloads*, considerando todas as categorias (redes sociais, banco digital, carteiras, *streaming, e-commerce, etc*); e
- Plataforma Claro Cursos reconhecida pelo *Google* como o melhor app para crescimento pessoal do Brasil.

✓ **Crescimento de 16,2% na base de pós-pago contra 2020, adicionando 5,8 milhões de clientes, impulsionado pela liderança de *net adds* e portabilidade de linhas;**

✓ **No Segmento Corporativo, crescimento de receita de 107,6% em Banda Larga móvel, 105,5% em Cloud, 49,0% em Segurança, 20,6% em Plataforma de Conectividade com Internet, 13,9% em Plataforma de Mobilidade e 11,3% em M2M/IoT;**

✓ **Receita líquida de serviços móveis com crescimento em 2021 de 9,7% no comparativo com 2020;**

✓ **Margem EBITDA de 41,4% em 2021, mantendo-se jornada de crescimento sustentável dos negócios, apesar de toda a pressão inflacionária sobre os custos operacionais.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços Móveis

A Claro continua liderando o crescimento no segmento pós-pago, com ganho de 0,6 p.p. de *market share* nos últimos doze meses, atingindo 30,5% de participação em dezembro de 2021 e adicionando 5,8 milhões de clientes na comparação anual. A base de pós-pago cresceu 16,2% em relação a 2020.

A base no segmento pré-pago fechou 2021 com 29,1 milhões de assinantes. Nosso portfólio pré-pago segue atraindo clientes com potencial de geração de receita e viabilizando novas oportunidades para migração desses clientes para portfólios pós-pagos de maior ARPU e rentabilidade. As promoções mensais cresceram 15 p.p no *mix* do produto nos últimos doze meses, contribuindo para o aumento da receita.

Encerramos 2021 com um total de 70,5 milhões de clientes móveis, liderando o saldo líquido de portabilidade com 329 mil de linhas portadas, atingindo um saldo positivo de 1,6 milhão linhas portadas em 2021.

Com o leilão do espectro 5G em novembro de 2021, ampliamos nossa cobertura, lançando o serviço na frequência de 2,3GHz nas cidades de São Paulo e Brasília. Segundo a Ookla, a Claro foi reconhecida como a rede móvel mais rápida do Brasil no 4T21, inclusive nas primeiras medições feitas utilizando a nova tecnologia 5G.

Na rede 4.5G, a Claro tem a melhor cobertura, presente em 2,3 mil cidades, atingindo 79,9% da população beneficiada por uma rede móvel de alta performance.

Em março de 2021 lançamos nossa carteira digital Claro Pay. Ao final de 2021 atingimos 1 milhão de downloads e 700 mil usuários ativos, e ao longo do mês de dezembro foi o App nº 1 na Google Play Store no Brasil, superando todos os outros Apps em todas as categorias, como redes sociais, banco digital, carteiras, streaming e e-commerce.

Nossa plataforma Claro Cursos, incluída em todos os planos móveis e criada para ajudar nossos clientes com capacitação técnica e alternativas para gerar renda extra através do celular, foi reconhecida pelo Google como o melhor app para crescimento pessoal do Brasil em 2021.

Fomos reconhecidos, mais uma vez, pela Ookla®, líder global em aplicações de testes de banda larga, dados e análises, como a internet móvel mais rápida do Brasil (Brazil's Fastest Mobile Network) e da América do Sul (South America's Fastest Mobile Network), sendo ainda a rede móvel mais bem avaliada pelos consumidores (Brazil's Top Rated Mobile Network), de acordo com medições realizadas no primeiro semestre de 2021.

Serviços Residenciais

A Claro segue liderando o mercado de banda larga nacional, com 23,5% de *market share* em dezembro de 2021, e, também em "ultrabroadband" (conexões acima de 34 Mbps), com 26,4% de *market share*. Como parte da nossa estratégia de oferecer banda larga de alta velocidade e qualidade, mais de 80% dos novos planos comercializados no 4T21 ofereceram velocidade acima de 250 Mbps. Recentemente lançamos o plano de 1Gbps nacionalmente, o que continuará ajudando a acelerar as conexões de internet no Brasil.

Esses movimentos permitiram que a Claro dobrasse a velocidade média das conexões de banda larga nos últimos 12 meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A cobertura total da rede fixa da Claro no Brasil alcançou 35,7 milhões de domicílios em 372 cidades. Dando continuidade a nossa estratégia de expansão da fibra, em 2021 foram lançadas 88 novas cidades com a tecnologia FTTH (*Fiber To The Home*), totalizando assim 168 cidades que atendem 3,2 milhões de domicílios nessa tecnologia.

Seguimos líderes absolutos em TV por assinatura, com 43,0% de participação de mercado, e nossa principal estratégia é ter a mais ampla oferta de conteúdo disponível. Uma nova versão de software compatível com nossos decodificares de TV de última geração possibilitam uma nova interface de uso e agrega a capacidade de acessar aplicativos de streaming como a Netflix. O NOW, nossa plataforma VOD, continua liderando no mercado brasileiro, alcançando 91 mil títulos e mais de 103,9 milhões de transmissões em 2021.

O Claro Box TV apresentou forte crescimento de vendas, atingindo 255,7 mil de assinantes em 2021.

A Claro segue reconhecida por sua oferta multiproduto, abrangendo soluções de conectividade em residências e mobilidade, e, como resultado dessa estratégia, alcançamos 17% de crescimento anual em residências convergentes, com serviços fixos e móveis atendendo toda a família.

A Claro também foi atestada como a operadora que oferece a Banda Larga Fixa mais consistente e estável do Brasil, de acordo com dados do *Speedtest® by Ookla®*, segundo critérios técnicos da plataforma de medição. A Claro obteve a melhor pontuação do quesito consistência, entregando a conexão de alta velocidade mais confiável e estável para residências durante o período de pandemia, mesmo com a alta incidência de trabalho, educação e entretenimento remotos.

Mercado Corporativo

Atingimos no último trimestre de 2021 o melhor resultado desde 2019. Em comparação ao ano anterior, crescemos relevantemente a receita em alguns produtos e serviços, com destaque para 107,6% em Banda Larga, 105,5% em Cloud, 49,0% em Segurança, 20,6% em Plataforma de Conectividade com Internet, 13,9% em Plataforma de Mobilidade e 11,3% em M2M/IoT.

Destacamos em 2021 o lançamento das seguintes plataformas de serviços e soluções para grandes clientes corporativos:

- A Claro, a Embratel e a AWS (*Amazon Web Services*) anunciaram parceria para a geração de novas oportunidades de negócios e para acelerar a adoção de aplicações inovadoras baseadas em nuvem. A primeira iniciativa é a adoção da tecnologia de computação em nuvem da AWS para implementação de um Centro de Excelência de Cloud (*Cloud Center of Excellence - CCoE*), que apoiará a adoção de soluções em diversas iniciativas, segmentos e portfólios da empresa;

  Embratel e AWS vão compartilhar também esforços comerciais e a sinergia das suas forças de vendas, desenvolvimento e suporte. A aposta é apoiar da melhor forma os clientes da Embratel, sejam eles de governo ou empresas privadas de todos os portes e segmentos, que também estiverem iniciando ou aprimorando suas jornadas para adoção estratégica de nuvem;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Embratel Connect + ID, uma plataforma de autenticação que garante acesso seguro dos usuários a sistemas corporativos sem a necessidade de senhas. Centralizando o gerenciamento de credenciais de forma simples e com forte camada de segurança, a solução elimina o uso de VPNs, oferecendo acesso direto, seguro e gerenciado a dispositivos e sistemas em redes privadas. A solução é indicada para empresas que buscam obter segurança na comunicação em diversas aplicações, por exemplo, em segurança para trabalho remoto, dispositivos IoT em chão de fábrica (indústria automotiva, agronegócio, siderúrgicas, mineradoras, etc), automação residencial, equipamentos médicos e hospitalares, entre outros;

- *Cloud Edge*, que aproxima os aplicativos corporativos conectados das fontes de dados, usando um sistema de computação distribuída, com reduzido tempo de resposta (latência);

- *Omnichannel GOV*, contact center em nuvem que unifica todos os canais de contato e atendimento, em uma visão 360° de comunicação com os clientes finais, provendo toda infraestrutura e ferramentas necessárias para melhorar a experiência e otimizar custos operacionais;

- BLD Seguro, para clientes que precisam de um link dedicado e não renunciam à segurança e ao suporte especializado, sem necessidade de investimentos na compra de equipamentos, licenças, contratação de mão de obra especializada;

- *Google Workspace,* solução importante da plataforma de TI com objetivo de melhorar a experiência no Relacionamento (CX) dos clientes. Este serviço contempla ferramentas de comunicação, produtividade e de colaboração para empresas de todos os portes;

- *WiFi Seguro,* serviço de segurança em rede sem fio com portal analítico, que permite o gerenciamento de diversas características de acesso às redes com a estabilidade e a segurança de uma solução corporativa.

Satélites de Comunicações

Atuamos no mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e por meio de uma Unidade de Negócio que fornece capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (Banda C e Banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina.

Em 30 de julho de 2021 foi lançado o novo satélite Star One D2, possibilitando a ampliação de ofertas de *backhaul*, banda larga, capacidade de dados, vídeo, internet e transmissão de sinais para TV, para governos e empresas, em todo o território nacional, Américas do Sul e Central e no México.

O alcance das novas coberturas do satélite Star One D2 soma-se ao dos satélites já em operação, Star One C2, C3, C4 e D1, refletindo a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital no Brasil e em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5 - Desempenho Financeiro

Em 2020 a Companhia tinha participação societária em algumas empresas do grupo no Brasil cujos resultados não consolidava, por não possuir o controle destas empresas. Em 2021 estas empresas passaram a ser consolidadas pela controlada Claro S.A. Os resultados considerados e comentados a seguir contemplarão todos os negócios no Brasil (proforma "Consolidado Claro Brasil").

O resultado das operações no Brasil divulgado pelo acionista controlador, por sua vez, elimina os efeitos de transações entre companhias do grupo e processa certas reclassificações para fins de divulgação.

Para melhor entendimento dos resultados, veja quadro abaixo.

	4T21			4T20			12M21			12M20		
Em R$ Milhões	**Receita**	**EBITDA**	**% EBITDA**	**Receita**	**EBITDA**	**% EBITDA**	**Receita**	**EBITDA**	**% EBITDA**	**Receita**	**EBITDA**	**% EBITDA**
Consolidado Claro Brasil - Claro Participações	**10.204**	**4.385**	**43,0%**	**10.141**	**4.234**	**41,7%**	**39.718**	**16.532**	**41,6%**	**39.458**	**16.066**	**40,7%**
Eliminação de transações intercompanhias e reclassificações	(35)	(165)		(65)	(161)		(187)	(541)		(265)	(525)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	10.169	4.220	41,5%	10.075	4.073	40,4%	39.531	15.991	40,5%	39.193	15.542	39,7%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária do Consolidado Claro Brasil.

R$ Milhões	**4T21**	**4T20**	**Δ%**	**12M21**	**12M20**	**Δ%**
Receita líquida Total	**10.204**	**10.141**	**0,6%**	**39.718**	**39.458**	**0,7%**
Serviços	9.682	9.533	1,6%	37.970	37.694	0,7%
Receita móvel	4.536	4.189	8,3%	17.354	16.030	8,3%
Receita fixa e outros	5.147	5.344	-3,7%	20.616	21.664	-4,8%
Aparelhos	393	488	-19,4%	1.248	1.289	-3,1%
Interconexão	128	120	7,1%	500	475	5,2%
EBITDA	**4.385**	**4.234**	**3,6%**	**16.532**	**16.066**	**2,9%**
Margem EBITDA	**43,0%**	**41,7%**	***1,2 p.p***	**41,6%**	**40,7%**	***0,9 p.p***

Em 2021 a receita líquida total foi de 39,7 bilhões de reais, 0,7% acima do mesmo período de 2020. Destaque para o crescimento de 8,3% na receita líquida de serviços móveis.

O EBITDA em 2021 totalizou 16,5 bilhões de reais, 2,9% acima do mesmo período de 2020 e margem EBITDA de 41,6%. A Administração da Companhia segue focada na implementação de ganhos de eficiência operacional, sinergias, simplificação e digitalização de processos, como forma de manter o crescimento constante e sustentável da margem EBITDA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 – Investimentos

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país.

A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2021, mesmo em um cenário de pandemia, a Companhia investiu R$16,3 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga e licença de outorga, incluindo o montante de R$ 4,6 bilhões oriundo do leilão 5G.

7 – Ambiente Regulatório

A Companhia, por meio de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Ao longo de 2021, foram publicados importantes regulamentos, dentre os quais se destacam o Regulamento de Adaptação das Concessões; a minuta do Termo Único para exploração dos serviços (Res. nº 714/2021); o Regulamento de Continuidade da Prestação de STFC; o Regulamento de Fiscalização Regulatória; e as alterações no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, incorporando premissas da teoria responsiva da regulação.

Há ainda diversos temas sobre certificação, numeração e gestão do espectro, esta última temática incluindo atribuições, destinações, condições de uso. Além disso, destacamos a aprovação da Lei nº 14.173/2021, que garantiu que o recolhimento de contribuições e taxas aplicáveis às estações satelitais terrenas de pequeno porte (VSats) se igualasse àquele relativo aos aparelhos de telefonia móvel.

A Companhia arrematou nos dias 4 e 5 de novembro de 2021, durante o leilão do 5G, 100 MHz da faixa de frequência nacional de 3,5 GHz. Esse espectro tem prestação nacional e compromisso de levar o 5G em municípios com mais de 30 mil habitantes. No mesmo leilão também foram arrematados pela Companhia as frequências de 2.3 GHz nas regiões Norte, Sul, Centro Oeste, São Paulo e Triângulo Mineiro e dois blocos de 200 MHz Nacionais da frequência de 26 GHz. O 5G é considerado a nova geração das telecomunicações, viabilizando inovações tecnológicas como a evolução da internet das coisas, veículos autônomos e uso de realidade virtual. Incluindo o valor das licenças e os compromissos de investimento em cobertura e limpeza das faixas leiloadas, o investimento total no leilão atingiu R$ 4,6 bilhões, sem contar as obrigações associadas ao uso das frequências, que deverão ser cumpridas no decorrer dos próximos anos, conforme regras estabelecidas no Edital publicado pela Anatel.

8 - Relacionamento com Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. para a Claro Telecom e a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para as suas controladas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviço para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

Os auditores da Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. e Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas declararam à Companhia que estes outros serviços não relacionados com a auditoria: (i) foram prestados por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e (ii) que não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, não existindo, portanto, quaisquer vínculo ou situação de fato que configurasse conflito de interesses que inviabilizaria o exercício da sua atividade de forma independente.

9 - Governança Corporativa

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas.

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.

Nosso Conselho de Administração é composto por 3 membros, todos eleitos em Assembleia Geral.

Em atendimento a Lei Sarbanes Oxley (“SOX”), a Companhia mantém nível adequado de controles internos e, na condição de investimento relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (New York Stock Exchange), no cumprimento das exigências da Lei SOX.

A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribui para a sedimentação da cultura de controles internos.

A Companhia conta com um Sistema de *Compliance* que tem como pilares o Código de Ética, a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA e que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua Missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. Nosso programa visa prevenir, detectar e corrigir situações relacionadas a corrupção, prevenção a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, dentre outras, e tem sempre como objetivo a evolução e aperfeiçoamento constantes.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de *compliance*/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Companhia possui os Comitês de Ética e de *Compliance* que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

10 - Responsabilidade Social e Sustentabilidade

A seguir descrevemos as principais frentes da Companhia nos campos Social e de Sustentabilidade.

10.1 – Instituto Claro e as ações de Responsabilidade Social Corporativa

O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo *Department of Global Communications* das Nações Unidas (DGC/ONU) com o selo de Status Associativo, que o classifica como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa conquista reforça o compromisso do Instituto Claro de contribuir localmente com os programas globais da ONU, a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento, e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social.

Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares, educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada de questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, podcasts e vídeos, e disponibiliza planos de aula gratuitamente.

A seguir destacamos algumas iniciativas do Instituto Claro:

Cidadania

Valoriza desenvolvimento humano e incentiva a participação dos colaboradores da Claro e familiares em ações sociais, buscando gerar impacto positivo nas comunidades onde a empresa atua, com projetos como Conexão Voluntária e também com iniciativas voltadas para o meio ambiente.

Parceria Unicef

A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar é uma parceria entre o Instituto Claro e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para enfrentar a cultura do fracasso escolar. A proposta contempla um diagnóstico da tríade reprovação, abandono e distorção idade-série para propor ações de enfrentamento por meio de políticas educacionais em níveis municipais e estaduais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A partir de pesquisa, produzida junto ao Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a iniciativa consegue mapear as populações mais vulneráveis ao abandono escolar: crianças e adolescentes negras e indígenas, concentradas nos estados Norte e Nordeste do país – especialmente nas regiões do Semiárido e da Amazônia Legal – e nas zonas rurais.

Parceria AACD

Todos os anos, o SBT e a AACD realizam o Teleton, programa de televisão que, durante dois dias seguidos, busca sensibilizar o público e arrecadar doações voltadas a crianças com deficiência. Referência no tratamento de pessoas com deficiência física, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) utiliza as doações para manutenção e continuidade das 14 unidades distribuídas pelo Brasil.

Conexão Voluntária

Em 2021, o programa de voluntariado da Claro, chamado Conexão Voluntária, contou com mais de 4,8 mil participações voluntárias para realizar 135 ações. Dentre elas, destacamos a iniciativa Rota Solidária, que engajou quase 3,3 mil participações voluntárias em 64 cidades. O projeto contou com a área técnica para a coleta de doações na casa dos colaboradores da Claro, que estavam em trabalho remoto. Este ano, foram arrecadadas aproximadamente 48 toneladas de alimentos, que beneficiaram mais de 12,7 mil pessoas.

Parceria Claro Clube

Em parceria com o Instituto Claro, clientes Claro Clube puderam fazer doações de cestas básicas para a Ação da Cidadania (Instituição fundada pelo Betinho) através de resgates de pontos doar. Cada 1000 pontos correspondia uma cesta básica. No total, 13.265 cestas básicas foram doadas. Os resgates acontecerão dentro do Claro clube, via Minha Claro Residencial e Minha Claro Móvel.

Portal Instituto Claro

O Instituto Claro conta com um portal que oferece conteúdo gratuito e exclusivo nas editorias de educação e cidadania, em formato de reportagens, podcasts, vídeos e planos de aulas. Em 2021, o portal teve 3.589.802 visualizações e recebeu 2.120.528 usuários.

5G na comunidade de Paraisópolis

Em 2021, a Claro continuou fornecendo a tecnologia 5G DSS para Paraisópolis, em São Paulo. A comunidade recebeu estruturas permanentes para beneficiar a população atendida pelo Instituto Pró-Saber SP, responsáveis pelo atendimento de mais de 8 mil pessoas. Por meio de roteadores instalados na rede 5G, é gerado um sinal Wi-Fi que pode ser acessado por todos no local, sem custo de navegação, sem necessidade de ter aparelhos de última geração e nem de ser cliente da operadora.

Relatório Social

Em setembro de 2021 a Claro divulgou seu Balanço Social (https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/relatorio-social/2020/), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ASG), incluindo relevantes programas recorrentes e várias iniciativas adotadas durante o período de pandemia, principalmente voltadas às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1Mio

A Claro, o Instituto Claro, a BCC e a Hitts fazem parte da iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1Mio), que é a maior articulação pela juventude do Brasil, reunindo organizações das Nações Unidas, governos, setor privado e sociedade civil para criar oportunidades de educação de qualidade, conectividade, formação de competências digitais e participação cidadã, capacitação profissional, aprendiz, estágio e emprego para adolescentes e jovens (14 a 24 anos) em situação de vulnerabilidade. No período, foram divulgadas na plataforma do 1MiO 3.115 vagas e 1.938 jovens em situação de vulnerabilidade foram contratados.

ASUME e Bem-Estar Social

O ASUME e o Bem-Estar Social são programas voltados para colaboradores e familiares que visam o desenvolvimento humano, contribuem para o autoconhecimento e a busca por qualidade de vida. Desde 2020, ambos estão acontecendo de maneira 100% remota, o que possibilita a interação de colaboradores de diferentes localidades.

Em 2021, registramos 8.072 participações em 97 eventos de Bem-Estar Social foram realizados abrangendo os pilares Formação, Saúde e Cultura e Recreação.

Já no ciclo de 2021 do ASUME, iniciado em agosto, 928 colaboradores e familiares se inscreveram nos encontros que serão facilitados por outros 50 colaboradores

10.2 – Sustentabilidade

Pacto Global

Em 2021, a Claro aderiu ao Pacto Global, chamada da Organização das Nações Unidas (ONU) para que empresas alinhem suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Hoje, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Com a assinatura, a Claro reforça, junto a empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 — um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Energia da Claro

Implementado em 2017, o programa ‘A Energia da Claro’ prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa no mercado livre, em contratos de longo prazo no modelo PPA (*Power Purchase Agreement*). Além da adoção de medidas que visam aumentar a eficiência energética da companhia e a diminuição de impactos ambientais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerado o maior programa de geração distribuída de energia do País realizado por um consumidor privado, segundo informações disponibilizadas pela ANEEL, 'A Energia da Claro' se consolidou como o maior projeto de autoconsumo remoto do Brasil, sendo referência nesta modalidade de geração de energia. Com plantas geradoras em vários estados, como Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, além de projetos em construção nas demais unidades federativas, a iniciativa contou com 58 usinas operando em 2021, que abasteceram mais de 20 mil unidades consumidoras, que representam mais de 50% das antenas da Claro com energia renovável.

No segmento de média tensão, a companhia ainda adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus Data Centers, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem somente energia limpa.

Ao todo, o programa atingiu em 2021 a marca de 60% da energia consumida em todas as operações e instalações da Claro no Brasil, por meio de diversas fontes renováveis, como solar, eólica, hidrelétrica e biogás. Além disso, o programa visa aumentar a eficiência energética da companhia, por meio de ativação de *Features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição das lâmpadas convencionais por LED, mobilidade elétrica, entre outras e segue firme em busca de sua meta de operar 80% do consumo total, com energia limpa."

Pé de Pincha

O Pé-de-Pincha é um projeto de conservação comunitária das populações de quelônios em municípios do Amazonas. Em 2021, foram coletadas centenas ovos de tracajás no Igapó-Açu comunidade do município de Borba, e no Mamori, comunidade no Município do Careiro do Castanho, ambas no estado do Amazonas.

Renovação ISO Noronha

Recertificação concluída da ISO 14001 na estação de Fernando de Noronha-PE e de Penedo.

Reciclagem e Destinação Responsável de Resíduos:

- Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos): em 2021, 3.670 unidades de celulares, periféricos e baterias que corresponde a 1.158 quilos de resíduos tiveram destinação responsável.

- Logística Reversa Operação: em 2021, 2.371.598 quilos de equipamentos foram destinados à reciclagem.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11 – Recursos Humanos

A Companhia, por meio de suas controladas, tem como valor as Pessoas e as posiciona no centro de sua estratégia para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estabelecidos pelo negócio.

Ainda dentro do contexto desencadeado pela pandemia, o ano de 2021 fez com que as nossas 24.909 mil pessoas, distribuídas em todo o Brasil, se conectassem ainda mais com a Cultura e o Jeito de ser da Claro. Nesse sentido, fortalecemos a nossa atuação colaborativa, para construir serviços e produtos inovadores, mantendo o foco em nosso cliente e perseguindo os melhores resultados.

Somos um time plural, e temos a diversidade e inclusão como pilares importantes da nossa cultura. Promovemos o respeito e a equidade, tratando cada pessoa com dignidade e profissionalismo, de acordo com os princípios do nosso Código de Ética. Temos uma atuação alicerçada em cinco eixos: pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações, raça & etnia e LGBTI+.

Comprometidos com os nossos valores e firmes na crença que a diversidade nos complementa e fortalece, a promovemos, continuamente, iniciativas que estimulam um ambiente de trabalho harmônico, respeitoso e inclusivo.

Nesse sentido, destacamos os Programas de Jovem Aprendiz, voltado para a preparação e inclusão dos jovens no mercado de trabalho e, também, o Programa de PcD (Pessoas com Deficiência), com um total, em ambos de mais de 1.500 colaboradores atuando nos escritórios da Claro distribuídos em todo o país.

Com o objetivo de manter os colaboradores atualizados e incentivar o autodesenvolvimento, em 2021 reforçamos os treinamentos digitais através da Conecte-se, nossa plataforma de desenvolvimento de pessoas. Neste ano, foram concluídos cerca de 500 mil treinamentos, em um total de cerca de 1.200 cursos disponíveis, envolvendo conteúdos de inovação, comerciais, técnicos e cuidados com a saúde e bem-estar.

Possuímos uma governança sólida, aliada à uma atuação orientada pela ética, honestidade e transparência. Fiéis aos nossos princípios, em 2021, todos os colaboradores realizaram os treinamentos de Controle Efetivo da Corrupção do Código de Ética, e foram implementadas extensas campanhas de comunicação sobre temas e práticas essenciais que envolvem cada um dos temas.

Por fim, reforçamos o nosso compromisso e permanecemos atentos em oferecer a melhor experiência na jornada dos nossos colaboradores, construindo um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Agradecimentos

A todos os funcionários e parceiros da Companhia e de suas controladas , que novamente neste difícil ano, trabalharam com dedicação e afinco para que a Companhia pudesse atender às necessidades, demandas e expectativas de nossos clientes.

Agradecemos a todos com quem nos relacionamos, ao apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores, e à parceria de toda a comunidade. Continuaremos focados na missão de atendermos às necessidades e de superarmos as expectativas dos novos desafios e à satisfação de nossos clientes, conectando pessoas, empresas e a sociedade como um todo.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Claro Telecom Participações S.A. (“Companhia” ou “Claro Participações”) foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Claro S.A. (“Claro”), que atua no mercado de telecomunicações, principalmente de telefonia fixa local e de longa distância nacional e internacional (“STFC”), no Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e em transmissão de dados (“SCM”); (ii) Telmex do Brasil S.A. (“TdB”), que presta serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), presta serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como presta de Serviços de Valor Adicionado – SVA; (iii) BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”), presta serviços de tele atendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas; (iv) Americel S.A. (“Americel”), que atua na prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens; (v) Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”), que atua na importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas; (vi) Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento (“Claro Pay”), exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas; (vii) Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT”), que atua na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia (“SCM”), bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens; (viii) Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”) que atua na prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home- DTH), bem como serviços de outras naturezas tais como Serviços de Valor Adicionado – SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas; e (ix) nas seguintes empresas que atuam na prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas: (a) Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México), (b) iMusica LLC. (EUA), (c) Ideas Musicales S.A. (Argentina) e (d) Ideas Musicales de Colombia S.A.S.

Notas Explicativas

Operações Societárias 2021:

Como parte da estratégia do grupo, foram realizadas diversas operações societárias. Por se tratar de transações entre entidade sob controle comum, todos os montantes envolvidos foram mensurados a valor de livros e não foi gerado nenhum ágio ou deságio nas transações. A seguir estão resumidas as transações envolvendo as empresas nas quais a Companhia detém participação direta e/ou indireta:

i. Consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro

No final de outubro de 2020, a Anatel concedeu anuência para consolidação das outorgas e frequências de SMP da Claro NXT na Claro, permitindo que a Claro passasse a deter participação acionária na Claro NXT. Tal consolidação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 05 de fevereiro de 2021, conforme descrito abaixo:

a) Em 15 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 29ª Alteração de Contrato Social ("ACS") da Claro NXT Participações Ltda. (“NXT Par”), um aumento de capital no valor de R$2.109.000, com a emissão de 2.109.000 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela Claro em moeda corrente nacional. Ato subsequente, foi aprovado através 88ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R$2.109.000, com a emissão de 2.109.000.000 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par em moeda corrente nacional.

b) Em 27 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 89ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R$7.148.009, com a emissão de 7.148.009 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par com a capitalização de créditos.

c) Em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através da 30ª ACS da NXT Par um aumento de capital no valor de R$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, o qual foi subscrito e integralizado pela Companhia, Claro e Telmex Solutions Telecomunicações S.A. (“TST”) conforme disposto no quadro a seguir:

Sócia	Quotas Subscritas	Valor da Integralização	Forma Integralização
Claro	2.108.779.983	R$2.108.780	Conferência de 404.165.476 Ações Ordinárias e 79.065.785 Ações Preferenciais da Telmex do Brasil S.A. (“TdB”)
Companhia	859.968.067	R$859.968	Conferência de 1.920.804.430 Ações Ordinárias e 2.920.804.429 Ações Preferenciais da Embratel TVSAT Telecomunicações S.A. (“Tvsat”)
TST	369.351.868	R$369.351	2.079.446.141 Ações Ordinárias da Tvsat.
Total	**3.338.099.918**	**R$3.338.099**	

Ainda em 28 de janeiro de 2021, foi aprovado através 90ª ACS da Claro NXT um aumento de capital no valor de R$3.338.099, com a emissão de 3.338.099.918 novas quotas, individualmente subscrito e integralizado pela NXT Par com a totalidade das ações por esta detida na TdB e Tvsat.

Em decorrência desta operação, a Claro NXT passou a ser controladora direta da Tvsat e da TdB com 99,99% de participação societária em cada, sendo que a participação da Claro NXT nesta última não ocasionou nenhum impacto na Companhia. A seguir, apresentamos um resumo do acervo líquido contábil da participação aportada:

Notas Explicativas

Tvsat – Ativos líquidos

Ativo		**Passivo**	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	70.273	Fornecedores	118.017
Contas a receber, líquidas	365.262	Obrigações fiscais, líquidas	18.138
Estoques	6.313	Obrigações sociais e trabalhistas	2.087
Tributos a recuperar, líquidos	20.030	Partes relacionadas	625.757
Partes relacionadas	1.442.657	Provisões	11.265
Despesas antecipadas	36.514	Passivo de arrendamento	742
Outros ativos	2.303	Receita diferida	364
	1.943.352		**776.370**
Não circulante		Não circulante	
Tributos a recuperar, líquidos	126	Partes relacionadas	78.896
Tributos diferidos, líquidos	84.238	Provisões	86.332
Depósitos e bloqueios judiciais	22.503	Passivo de arrendamento	2.759
Despesas antecipadas e outros	34.452	Outras obrigações	16.971
Partes relacionadas	-		**184.958**
Imobilizado	987.983		
Intangível	3.017		
Direito de uso de arrendamento	3.496		
	1.135.815		
Total do ativo	**3.079.167**	**Total do passivo**	**961.328**
Ativos líquidos			**2.117.839**

d) Incorporação NXT Par pela Claro

Em 05 de fevereiro de 2021, foi aprovado através da 31ª ACS da NXT Par e de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Claro, a incorporação integral da NXT Par pela Claro nos termos do protocolo e justificação da incorporação. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. Como resultado dessa incorporação, não implicou em aumento de capital da Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, tendo em vista que o valor do patrimônio líquido da NXT Par, conforme apurado no laudo de avaliação da operação, era negativo. Ainda, em consequência da incorporação, a NXT Par foi extinta de pleno direito e a Claro a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos fins e efeitos. Como consequência, as empresas consolidadas pela NXT Par (Claro NXT, Tvsat, TdB, NXT LD, Sunbird Participações Ltda. e Sunbird Telecomunicações Ltda.) pela NXT Par, passaram a ser controladas direta e indiretamente pela Claro.

O patrimônio líquido da Claro NXT Par foi avaliado em 28 de janeiro de 2021 (“data-base” da incorporação), com base no valor contábil, conforme laudo de avaliação contábil para fins de incorporação emitido por empresa independente especializada, pelo montante negativo de R$6.374.721. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da incorporação, ocorrida em 5 de fevereiro de 2021, foram absorvidas pela Claro conforme determinado pelo protocolo de justificação.

Notas Explicativas

O acervo líquido contábil da NXT Par avaliado está apresentado como segue:

Balanço patrimonial em 05 de fevereiro 2021	
Ativo circulante	**13**
Tributos a recuperar	13
Ativo não circulante	**1.010.107**
Depósitos judiciais	3.190
Tributos diferidos	538
Investimentos	1.006.379
Total do ativo	**1.010.120**
Passivo circulante	**560.265**
Partes relacionadas	553.777
Obrigações fiscais, líquidas	6.488
Passivo não circulante	**6.744.750**
Obrigações fiscais, líquidas	81.837
Partes relacionadas	6.658.706
Provisões	4.207
Patrimônio líquido	(6.294.895)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.010.120**

e) Cisão parcial da Claro NXT e versão do acervo cindido para a Claro:

Em 5 de fevereiro de 2021, foi aprovado através da 91ª ACS da Claro NXT e de AGE da Claro, a cisão parcial da Claro NXT e a versão da parcela cindida para a Claro, operação a qual ocasionou em:

- Redução de capital na Claro NXT no montante de R$14.995, correspondente à totalidade da parcela cindida. Como consequência, houve o cancelamento de 14.995.203 quotas da Claro NXT, das quais 13.609.968 eram de propriedade da Claro e 1.385.235 de propriedade da MCCAW International (“MCCAW”). A eficácia desta operação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.

- Versão do acervo cindido para a Claro no montante de R$13.610, proporcional à participação da Claro na Claro NXT em conexão com a redução do capital social da Claro NXT a qual não implicou em aumento do capital social nem alteração no número de ações de emissão da Claro.

- Aumento de capital na Claro no montante de R$1.385 com a emissão de 6.227 novas ações ordinárias, todas individualmente subscritas pela MCCAW e integralizadas mediante a conferência da parcela do acervo cindido da Claro NXT de titularidade da MCCAW.

Notas Explicativas

O acervo líquido cindido avaliado da Claro NXT está apresentado como segue:

Claro NXT - Acervo líquido cindido

Ativo		**Passivo**	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	111.782	Fornecedores	252.487
Contas a receber	42.044	Partes relacionadas	124.273
Tributos a recuperar	3.144	Obrigações fiscais, líquidas	35.981
Despesas antecipadas	52.290	Receitas diferidas	2.322
Outros ativos	88	Provisões	34.094
	209.348	Pessoal, encargos e benefícios	26.651
		Outras obrigações	3.850
		Passivo de arrendamento	285.237
			764.895
Não circulante		Não circulante	
Tributos diferidos	233.314	Fornecedores	140.944
Tributos a recuperar	5.509	Partes relacionadas	149.876
Despesas antecipadas	92.942	Provisões	130.391
Imobilizado	459.691	Passivo atuarial	767
Intangível	1.131.077	Receitas diferidas	90.154
Direito de uso e arrendamento	891.337	Passivo de arrendamento	1.731.196
	2.813.870		**2.243.328**
Total do ativo	**3.023.218**	**Total do passivo**	**3.008.223**
Acervo líquido cindido			**14.995**

Em decorrências dessas operações, a Companhia reconheceu perda contábil no montante R$5.628.642.

Tais atos concluíram a consolidação das outorgas, frequências e atividades de SMP da Claro NXT na Claro.

ii. Transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT:

Em abril e junho de 2021, a Anatel aprovou, respectivamente, a operação societária referente à cisão parcial da Claro e a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC detida pela Claro para a Claro NXT, no contexto da Claro transferir os respectivos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (acesso à internet de Banda Larga) para a Claro NXT. Tal operação foi implementada através de uma série de movimentos financeiros e societários concluídos em 30 de junho de 2021, conforme descrito abaixo:

a) Em 14 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Claro no montante de R$2.848.767, com a emissão de 41.207.119.117 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas da seguinte forma: (a) R$1.641.211 em dinheiro; (b) R$458.790 em direitos; e (c) R$748.766 em ativos (direitos relacionados à propriedade dos *transponders* satelitais do Satélite D-2).

b) Em 15 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Tvsat pela Claro NXT no montante de R$748.766, com a emissão de 3.904.966.169 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro NXT e integralizadas com ativos (direitos relacionados à propriedade dos *transponders* satelitais do Satélite D-2).

Notas Explicativas

c) Em 24 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Claro no montante de R$178.226, com a emissão de 2.578.026.589 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Claro e integralizadas mediante a conferência à Claro NXT da totalidade das quotas detidas pela Claro na Reyc.

d) Em 25 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital social da Claro NXT no montante de R$1.531.987, com a emissão de 22.160.030.293 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo todas as novas ações subscritas e integralizadas pela Americel S.A. (“Americel”) mediante a conferência de títulos de crédito.

e) Em 29 de junho de 2021, em AGE, foi aprovado aumento de capital na Claro NXT pela Americel no montante de R$220.000 com a emissão de 3.182.277.726 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Americel e integralizadas da seguinte forma: (a) R$87.410 em direitos; e (b) R$132.590 em espécie.

f) Cisão Parcial e incorporação do acervo cindido da Claro na Claro NXT:

Em 30 de junho de 2021 (“data da eficácia” da cisão), em AGE da Claro e da Claro NXT, foi aprovada a cisão parcial da Claro e a versão da totalidade da parcela cindida para a Claro NXT, operação a qual resultou em:

- Redução do capital social da Claro no valor de R$49.702 equivalente à totalidade do acervo líquido cindido, avaliado em 30 de maio de 2021 (“data-base” da cisão), sem cancelamento de ações; e

- Aumento do capital social da Claro NXT no valor de R$49.702, com a emissão de 718.925.610 novas ações ordinárias subscritas pelos acionistas da Claro (TST, EG Participações S.A., Companhia e outros) e realizadas mediante versão do acervo cindido da Claro.

As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da cisão, foram absorvidas pela Claro NXT conforme determinado pelo protocolo de justificação.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um sumário do acervo líquido cindido vertido à Claro NXT:

Claro - Acervo líquido cindido em 30 de junho de 2021

Ativo		**Passivo**	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	32.900	Outras obrigações	116.900
Estoques	78.068		**116.900**
Tributos a recuperar	214.630		
Despesas antecipadas	646.628		
Outros ativos	2.931		
	975.157		
Não circulante		Não circulante	
Tributos diferidos	18.880	Partes relacionadas	13.022.541
Tributos a recuperar	350.141	Tributos diferidos	779.327
Despesas antecipadas	858.208	Provisões	5.861
Imobilizado	10.541.022		**13.807.729**
Intangível	1.235.816		
	13.004.067		
Total do ativo	**13.979.224**	**Total do passivo**	**13.924.629**
Acervo líquido cindido			**54.595**

Em decorrências dessas operações, a Companhia reconheceu ganho contábil no montante R$486.

Tais atos concluíram a transferência da outorga para explorar o Serviço de Acesso Condicionado - SeAC e dos patrimônios e administrações do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e parte do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (acesso à internet de Banda Larga) da Claro na Claro NXT.

Operações Societárias 2020:

Aquisição Ustore

Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R$24.000 (dos quais R$22.847 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos.

Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA - *Purchase Price Allocation*), da empresa Ustore pela controlada Claro, sendo do total do ágio foram alocados R$9.812 ao Intangível e R$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo.

Ativos identificáveis adquiridos e ágio

De acordo com o IFRS 3 /CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os ativos adquiridos e passivos assumidos, foram reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição em laudo de avaliação financeira emitido por empresa de avaliação independente:

Notas Explicativas

Valor justo reconhecido na aquisição	Ustore
Ativo circulante	**1.198**
Caixa e equivalentes de caixa	1.814
Contas a receber	135
Outros ativos	(751)
Ativo não circulante	**6.740**
Imobilizado	1.079
Intangível	5.661
Passivo circulante	**1.653**
Passivo não circulante	**3.403**
Total dos ativos identificáveis líquidos	**2.882**
Participação adquirida	40%
Participação nos ativos identificáveis líquidos	1.153
Preço de aquisição	24.000
Ágio na aquisição de negócios	**22.847**

Não foram identificados outros ativos intangíveis que requereriam alocação pela controlada Claro.

Compra da operação de telefonia móvel – Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi:

Em 14 de dezembro de 2020 foi aprovada a proposta de compra da operação móvel do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), feita em conjunto pela controlada da Companhia, a Claro S.A. ("Claro"), Telefônica Brasil S.A. e a TIM S.A. ("Compradoras"). O valor de compra totaliza R$16,5 bilhões (incluindo R$756 milhões por serviços a serem prestados no período de transição por até 12 meses pelo Grupo Oi às Compradoras), sendo a Claro responsável por R$3,7 bilhões. Em 28 de janeiro de 2021 foi celebrado entre as Partes o contrato de compra e venda de ações e outras avenças relacionado às UPI Ativos Móveis. A consumação da aquisição pelas compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das Compradoras adquirirá ações de uma SPE (Sociedade de propósito especifico) contendo sua parte dos ativos. O fechamento da aquisição está sujeito a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e que estão previstas no contrato.

Autorizações e concessões em telecomunicações:

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia fixa de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

Notas Explicativas

Leilão 5G

A controlada Claro adquiriu faixas de rádio frequência através de leilão do 5G, realizado pela ANATEL em novembro de 2021. O valor total dessa licença foi de R$4.645.098, registrado na linha de intangível em 31 de dezembro de 2021 (R$900.000 em operação com e R$3.745.098 em andamento), sendo:

I. R$1.589.808 referente aos valores: do bloco nacional de 100 MHz na faixa de frequência nacional de 3.5GHz, pelo valor de R$270.160, lotes na faixa de frequência de 2.3 GHz nas regiões Norte, Sul, Centro Oeste, São Paulo e Triângulo Mineiro, pelo valor de R$1.214.000 e dois blocos nacionais de 200 MHz na faixa de frequência de 26GHz, pelo valor de R$105.648.

II. R$2.104.458 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, em que as operadoras vencedoras deste leilão, tem que constituir em 18 de fevereiro de 2022, a Empresa Administradora da Faixa (EAF), a qual ficou responsável por implementar os projetos PAIS (Programa Amazônia Interconectada e Sustentável), a Rede Privativa Federal, bem como executar a limpeza e desocupação da faixa de 3.625 a 3.700MHz. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 2 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (em 17 de fevereiro de 2022 foi paga a primeira parcela e a segunda está prevista para 17 de junho de 2022); e

III. R$950.832 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, onde as operadoras vencedoras deste leilão, tem que constituir em 9 de março de 2022, a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) para a faixa de 26GHz, com o objetivo de assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 5 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (primeira parcela está previsto o pagamento para 8 de abril de 2022 e as demais semestralmente).

Em adição aos valores que serão pagos pelas licenças, os arrematantes assumem obrigações associadas ao uso das frequências, que deverão ser cumpridas no decorrer dos próximos anos, conforme regras estabelecidas no Edital publicado pela Anatel.

Notas Explicativas

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americel	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

A controlada Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos									
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz *****	3G 1900 – 2100 MHz ****	4G 2500 MHz ***	4G 700 MHz	5G 2300 MHz	5G 3.5 GHz	5G 26 GHz
Acre	Out-2027	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Rondônia	Out-2027	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Tocantins	Out-2027	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Distrito Federal	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Mato Grosso	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Mato Grosso do Sul	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Goiás	-	Jul-2027	Jul-2027	Jul-2027**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Bahia	Out-2027	-	Dez-2032	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Sergipe	-	-	Dez-2032	Dez-2032	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Alagoas	-	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Ceará	-	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Paraíba	-	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Piauí	-	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Pernambuco	-	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Rio Grande do Norte	-	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Paraná	-	-	Dez-2032	Dez-2032**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Paraná (Norte)	-	-	Dez-2022	Dez-2022**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Santa Catarina	-	-	Dez-2032	Dez-2032**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Rio de Janeiro	-	Abr-2028	Abr-2028	Abr-2028**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Espírito Santo	-	Abr-2028	Abr-2028	Abr-2028**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Rio Grande do Sul	-	Abr-2028	Abr-2028	Abr-2028**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
São Paulo – Capital	Out-2027*	Ago-2027	Ago-2027	Ago-2027	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
São Paulo – Interior	-	Mar-2028	Mar-2028	Mar-2028	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Minas Gerais	-	-	Abr-2035	Abr-2035**	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	-	Dez-2041	Dez-2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	Abr-2023	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Amazonas	Out-2027	Abr-2023	-	Dez-2022	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Maranhão	Out-2027	Abr-2023	-	Dez-2022	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Roraima	Out-2027	Abr-2023	-	Dez-2022	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Amapá	Out-2027	Abr-2023	-	Dez-2022	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041
Pará	Out-2027	Abr-2023	-	Dez-2022	Abr-2023	Out-2027	Dez-2029	Dez-2041	Dez-2041	Dez-2041

* Inclui código nacional 12.

** Alguns blocos vencem em abril de 2023.

*** Além do bloco nacional com vencimento em outubro, 2027 a Claro possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Claro foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela controlada Claro, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

***** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela controlada Claro, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões.

Notas Explicativas

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Direitos de exploração de satélite

Em setembro de 2020, foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"), o aumento de capital Tvsat pela TdB no montante de R$830.816, oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (*transponders*, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites.

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63ºW, 65ºW, 68°W,70ºW, 84ºW – Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65ºW – Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92ºW – Banda C	13/11/07	12/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70ºW – Banda Ku '	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75ºW – Banda C e Ku	27/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70ºW – Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	27/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84ºW – Banda Ka e Ku	06/02/12	05/02/27

Notas Explicativas

Análise sobre risco de continuidade operacional:

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$12.533.513 no consolidado. Do total do capital circulante líquido, R$303.336 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte necessário para a continuidade das operações.

Pandemia da Covid-19 e seus impactos:

Neste ano de 2021 extremamente atípico e desafiador, marcado pela continuidade da pandemia do COVID-19, foi dado o seguimento ao funcionamento do Comitê de Crise (criado desde o início da pandemia em 2020) formado por membros da alta administração da Companhia com o objetivo de dar celeridade às avaliações e decisões sobre as medidas preventivas e necessárias à continuidade dos negócios, à manutenção de adequado relacionamento com *stakeholders* assim como à preservação da saúde, segurança e tranquilidade dos colaboradores e seus familiares.

Até o momento, a Companhia não sofreu nenhum impacto material na recuperabilidade de ativos e perda com recebíveis em sua operação. A Administração segue focada em adotar medidas visando atenuar os efeitos da pandemia aos clientes, fornecedores, parceiros, colaboradores e à sociedade de uma forma geral, assim como em tomar as medidas necessárias com o objetivo de manter a saúde financeira, a liquidez e capacidade operacional dos negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), exceto pela apresentação das demonstrações financeiras do valor adicionado, a qual não é exigida pelo IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação, e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia avalia e monitora o desempenho dos resultados para tomada de decisões com base em relatórios consolidados e todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, pelo que a Companhia e controladas operam em uma unidade de negócio de Telecomunicações que abrange serviços locais, de longa distância nacional e internacional, comunicações de dados, serviços pós-pagos e serviços pré-pagos, tarifa de uso de meios, *roaming*, venda de aparelhos e acessórios, capacidade satelital para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão e outros serviços.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia, após reavaliação e objetivando a melhor apresentação no patrimônio líquido contábil, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu à mudança de forma retrospectiva, na demonstração das mutações do patrimônio líquido para o início dos exercícios comparativos findos em 31 de dezembro em 2020 e 31 de dezembro de 2021.

As mudanças efetuadas não alteraram o valor total do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício:

		01/01/2020		
	Ref.	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Capital social		9.509.569	-	9.509.569
Reservas de lucros		(709.674)	709.674	-
Ganho (perda) em transações de capital	a)	(709.674)	709.674	-
Outros resultados abrangentes	a)	(308.048)	(709.674)	(1.017.722)
Lucros e prejuízos acumulados		(70.207)	-	(70.207)
Participação dos acionistas não controladores		8.902.700	-	8.902.700
Total Patrimônio líquido		**17.324.340**	**-**	**17.324.340**

		01/01/2021		
	Ref.	Apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Capital social		9.509.569	-	9.509.569
Reservas de lucros		1.455.708	71.245	1.526.953
Reserva legal		77.080		77.080
Reserva de lucros		1.449.873		1.449.873
Ganho (perda) em transações de capital	a)	(71.245)	71.245	-
Outros resultados abrangentes	a)	(1.036.481)	(71.245)	(1.107.726)
Participação dos acionistas não controladores		10.736.803	-	10.736.803
Total Patrimônio líquido		**20.665.599**	**-**	**20.665.599**

a) Reclassificação dos saldos de ganhos e (perdas) em transações de capital apresentados dentro da rubrica de reserva de lucros para outros resultados abrangentes (transações de capital com sócios).

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação e combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2021		2020	
	Indireta	**Direta**	**Indireta**	**Direta**
Claro	**-**	**45,54%**	-	45,54%
Americel	**-**	**100,00%**	-	100,00%
Claro Pay	**-**	**100,00%**	-	100,00%
BrasilCenter	**45,54%**	**-**	45,54%	-
iMusica LLC (EUA)	**45,54%**	**-**	45,54%	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	**40,99%**	**-**	40,99%	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	**45,54%**	**-**	45,54%	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	**45,54%**	**-**	45,54%	-
Claro NXT (Nota 1 i. / ii.)	**60,32%**	**0,38%**	-	-
Tvsat (Nota 1 i. / ii.)	**60,32%**	**-**	-	-
TdB (Nota 1 i. / ii.)	**60,32%**	**-**	45,54%	-
Reyc (Nota 1 i. / ii.)	**60,32%**	**-**	45,54%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida).
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Notas Explicativas

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore Software e Serviços de Informática S.A. ("Ustore") no montante de R$24.000 (dos quais R$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. O Acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes exercíveis conforme os termos e condições previstos.

Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (PPA - *Purchase Price Allocation*), da empresa Ustore pela Controlada Claro, sendo do total do ágio foram alocados R$9.812 ao Intangível e R$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo.

A controlada Claro e a Ustore usam o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Claro e a Ustore.

3.2. Novas políticas contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2021 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	
IFRS 7/CPC 40 (R1) — *Financial Instruments: Disclosures* / Instrumentos Financeiros: Divulgações.	Alterações: relativas a questões de substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.
IFRS 9/CPC 48 — *Financial Instruments* / Instrumentos Financeiros.	
IAS 39/CPC 38 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement / Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.*	
IFRS 16/CPC 06 (R2) – *Leases*/Operações de arrendamento mercantil.	Deliberação CVM Nº859, que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 que estabelece alterações em decorrência de benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

Novos pronunciamentos com vigência em exercícios futuros:

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória.

Normas e Emendas a Normas		Vigências
IFRS 1/CPC 43 (R1) - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards* / Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Alterado por melhorias anuais para as normas IFRS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)	1° de janeiro de 2022
IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Business Combinations* / Combinações de negócios.	Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)	1° de janeiro de 2022
IFRS 9/CPC 48 — *Financial Instruments* / Instrumentos Financeiros.	Alterado pelas melhorias anuais das normas IFRS 2018-2020 (taxas no teste '10% 'para desreconhecimento de passivos financeiros)	1° de janeiro de 2022
IFRS 10/CPC 36 (R3) *and* IAS 28/CPC 18 (R2) – *Investment Entities: Applying the Consolidation Excepction* / Aplicando a Exceção na Consolidação.	Alteração: data efetiva das emendas a IFRS 10 e IAS 28	A definir
IAS 16/CPC 27 - *Property, Plant and Equipment* / Ativo Imobilizado	Alterado por imobilizado - Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)	1° de janeiro de 2022
IAS 37/CPC 25 — *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets / Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.*	Alterado por contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)	1° de janeiro de 2022
IFRS 17/CPC 50 – *Insurance contracts* / Contratos de Seguros – irá substituir a IFRS 4/CPC 11.	Alterações para abordar preocupações e desafios da implementação do IFRS 17	1° de janeiro de 2023
IFRS 17/CPC 50 – *Insurance contracts* / Contratos de Seguros – irá substituir a IFRS 4/CPC 11.	Alterações relativas à aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9	A definir
IAS 1/CPC 26 (R1) — *Presentation of Financial Statements* / Apresentação das demonstrações financeiras.	O IASB adia a data efetiva de Classificação de Passivos como Atual ou Não Atual (Alterações à IAS 1)	1° de janeiro de 2023
IAS 1/CPC 26 (R1) — *Presentation of Financial Statements* / Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterado pela classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1° de janeiro de 2023
IAS 8/CPC 23 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* / Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Alterações relativas à definição de estimativas contábeis	1° de janeiro de 2023
IAS 12/CPC 32 — *Income taxes* / Tributos sobre o lucro	Alterado por imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12)	1° de janeiro de 2023

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1° de janeiro de 2022 não terão impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22.

Notas Explicativas

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

Notas Explicativas

- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração dos resultados.

Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Notas Explicativas

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.

- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22.

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

3.7. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.8. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.
Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 10.

Notas Explicativas

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.10. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Notas Explicativas

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.
Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual, o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Notas Explicativas

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, descrito na Nota 11.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos).
A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

3.12. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2021 e projeções orçamentárias para 2022, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

- Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

Notas Explicativas

- Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

3.13. Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo a administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Notas Explicativas

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Notas Explicativas

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B (“NTN-B”) com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 17.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Notas Explicativas

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Arrendamento – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

As controladas da Companhia não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a controlada Claro teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. O prazo médio da vida útil dos ativos de direito de uso é de sete anos.

3.15. Participação de empregados no resultado

As controladas constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.16. Receitas diferidas

Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Representadas também, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.19. Reconhecimento de receita

As controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, *internet* e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. As controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a controlada Claro realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.
As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

Notas Explicativas

3.20. Subvenção e assistência governamentais

As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat possuem benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL.

A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos.

3.21. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.22. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

3.23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.24. Demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	**8.633**	2	**554.935**	172.493
Equivalentes de caixa (1)	**60**	12.177	**1.183.975**	360.760
	8.693	12.179	**1.738.910**	533.253

(1) Inclui valores com partes relacionadas no montante de R$30.356 (R$27.643 em 31 de dezembro de 2020) para o consolidado, com taxa média de 102,69%.

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 102,69%.

5. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	2021	**2020**
Venda de aparelhos celulares e acessórios	**888.744**	856.648
Serviços de voz, dados e outros	**7.501.922**	5.557.093
Administradoras estrangeiras	**24.012**	26.378
	8.414.678	6.440.119
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(2.297.068)**	(1.607.622)
	6.117.610	4.832.497

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2021	**2020**
A vencer	**3.589.829**	3.605.610
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	**1.715.621**	1.170.379
De 31 a 60 dias	**509.584**	310.900
De 61 a 90 dias	**308.798**	237.371
Mais de 90 dias	**2.290.846**	1.115.859
	8.414.678	6.440.119

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	**1.607.622**	1.796.608
Operações societárias (Nota1 i.)	**757.936**	-
Provisão constituída	**635.088**	664.678
Baixa de provisão (1)	**(703.578)**	(853.664)
Saldo final	**2.297.068**	1.607.622

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques

	Consolidado	
	2021	**2020**
Estoques de aparelhos para revenda	**278.167**	316.417
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	**121.208**	98.460
Estoques de *simcards* e acessórios para revenda	**51.981**	30.938
Outros	**15.828**	17.078
	467.184	462.893
Provisão para perdas em estoques	**(57.505)**	(48.819)
	409.679	414.074

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	**48.819**	48.893
Provisão constituída	**10.951**	6.350
Baixas	**(2.265)**	(6.424)
Saldo final	**57.505**	48.819

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

Notas Explicativas

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recuperar (1)	**-**	-	**1.520.170**	1.221.752
Imposto de renda retido na fonte (2)	**-**	1	**858.621**	920.027
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**38.293**	37.293	**251.035**	233.273
PIS/COFINS (3)	**-**	-	**828.666**	459.105
CPMF pago indevido (4)	**30.065**	31.414	**30.065**	31.415
Outros	**-**	-	**95.888**	29.626
	68.358	68.708	**3.584.445**	2.895.198
Circulante	**18.384**	13.393	**1.218.853**	1.125.706
Não circulante	**49.974**	55.315	**2.365.592**	1.769.492

(1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

(2) Predominantemente são créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

(3) A partir de 2021 a Claro NXT passou a ser consolidada pela controlada Claro (conforme nota 3.1). A Claro NXT possui em seus registros créditos referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, no montante atualizado R$159.958 (R$110.918 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R$49.040 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro).

Em 2021, a controlada Claro reconheceu créditos com trânsito em julgado referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS no valor de R$618.725 (R$344.550 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R$274.175 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro), em processo de habilitação perante a RFB. Foram reconhecidos no mesmo período créditos sem trânsito em julgado referentes a exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS no montante de R$11.521 (R$5.437 de principal registrado na rubrica de outras receitas e despesas e R$6.084 de atualização SELIC registrado no resultado financeiro).

(4) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e, portanto, não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado auto de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo auto de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura.

Notas Explicativas

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	**4.865.160**	**1.764.043**	**6.629.203**	2.886.997	1.050.445	3.937.442
Provisão para perdas de crédito esperadas	**681.801**	**245.448**	**927.249**	701.505	252.542	954.047
Provisão para contingências	**1.961.630**	**706.187**	**2.667.817**	1.539.541	554.235	2.093.776
Tributos com exigibilidade suspensa	**536.613**	**193.181**	**729.794**	514.728	185.302	700.030
Crédito fiscal incorporado (2)	**-**	**-**	**-**	61.037	21.973	83.010
Plano atuarial	**397.150**	**142.974**	**540.124**	577.199	207.792	784.991
Variação cambial regime de caixa (3)	**207.387**	**74.659**	**282.046**	-	-	-
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	**22.269**	**8.017**	**30.286**	1.558	561	2.119
Efeitos de IFRS 16/CPC 06(R2)	**259.387**	**93.379**	**352.766**	84.519	30.427	114.946
Outras diferenças temporárias	**904.732**	**315.783**	**1.220.515**	640.774	230.678	871.452
	9.836.129	**3.543.671**	**13.379.800**	7.007.858	2.533.955	9.541.813
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	**(18.915)**	**(6.809)**	**(25.724)**	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano atuarial	**(93.371)**	**(33.614)**	**(126.985)**	(98.419)	(35.431)	(133.850)
Ágio em aquisições (4)	**(607.921)**	**(180.683)**	**(788.604)**	(584.322)	(183.233)	(767.555)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	**(643.608)**	**(231.699)**	**(875.307)**	(601.034)	(216.372)	(817.406)
Depreciação acelerada (5)	**(20.021)**	**(7.207)**	**(27.228)**	(21.958)	(7.905)	(29.863)
Inovação tecnológica (6)	**(31.340)**	**(11.283)**	**(42.623)**	(31.246)	(11.249)	(42.495)
Outras diferenças temporárias	**(156.309)**	**(56.271)**	**(212.580)**	(91.302)	(32.868)	(124.170)
	(1.571.485)	**(527.566)**	**(2.099.051)**	(1.447.196)	(493.867)	(1.941.063)
Ativo fiscal diferido, líquido	**8.264.644**	**3.016.105**	**11.280.749**	5.560.662	2.040.088	7.600.750

(1) A controlada Claro NXT registrou um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico de viabilidade mostrando provável realização futura de créditos fiscais, no montante de R$1.569.911.

(2) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICPC09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R$975.023, em 31 de dezembro de 2014. Em agosto de 2021 foi finalizada a amortização do ágio.

(3) Em 2021 a Companhia passou a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

(4) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiaí Ltda., Big TV ESC 90 e BrTel.

(5) Depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018. Em setembro de 2020, os satélites foram transferidos para Tvsat sendo realizado o passivo diferido da controlada Claro no montante de R$82.262

Notas Explicativas

(6) Em 2019 e 2020 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% (2019) e 80% (2020) do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Entretanto tal benefício foi declarado somente na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") de 2019 e 2020, que ocorreu em setembro de 2020 e setembro de 2021.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.532.186	2.029.992	7.562.178
Constituição	405.040	145.659	550.699
Realização	(376.564)	(135.563)	(512.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.560.662	2.040.088	7.600.750
Operações societárias (Nota 1 i.)	**653.154**	**235.117**	**888.271**
Reconhecimento de tributo diferido (1)	**2.140.816**	**770.694**	**2.911.510**
Constituição	**302.075**	**102.854**	**404.929**
Realização	**(392.063)**	**(132.648)**	**(524.711)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.264.644**	**3.016.105**	**11.280.749**

(1) As controladas registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, no montante de R$2.359.595, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, que foram impactados especialmente por eventos relevantes de operações societárias (Nota 1 i. / ii.), e o reconhecimento adicional decorrente da não incidência do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre juros Selic no montante de R551.915 conforme nota 7.3.

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	**Consolidado (*)**
2022	**1.574.537**
2023	**1.238.055**
2024	**1.565.280**
2025	**1.727.499**
2026	**1.136.302**
2027	**1.077.092**
2028	**1.144.725**
2029 a 2031	**3.916.310**
	13.379.800

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

7.3. Créditos tributários

Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou, em 24 de setembro de 2021, o mérito do Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito. Em 29 de setembro de 2021 foi publicada a Ata de Julgamento e o acordão publicado em 16 de dezembro de 2021.

Neste julgamento foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Tal decisão proferida no referido Recurso Extraordinário não transitou em julgado, sendo cabível, ainda, Embargos de Declaração que definirão a modulação dos efeitos da decisão.

Em 26 de março de 2020, as controladas Claro S.A., Americel, Tvsat, e, na data de 27 de janeiro de 2012 a controlada Claro NXT, ajuizaram, ação acerca do tema, tendo sido a decisão de primeira instância desfavorável, estando no momento o recurso interposto pendente de decisão.

Parte substancial do referido crédito potencial é referente a ativo fiscal diferido, e sua realização dependerá da geração de lucro tributável em exercícios futuros. As controladas atualizaram os estudos e projeções de resultados dos próximos anos, que consideraram, dentre outros aspectos, a melhor estimativa possível de todos os efeitos de eventos relevantes em curso, como leilão 5G, reestruturações societárias de empresas do grupo, dentre outros aspectos. Em face do referido cenário e conforme determina o IFRIC 23/ ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, as controladas registram a sua melhor estimativa do crédito no valor de R$703.761. Deste total, o montante de R$551.915 corresponde a IRPJ e CSLL diferidos e R$151.846 corresponde a IRPJ e CSLL correntes pago a maior. As controladas aguardam o prosseguimento das etapas processuais necessárias, para início da compensação dos valores.

Notas Explicativas

8. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2021	**2020**
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes (1)	**2.409.649**	2.259.557
Seguros	**116.005**	72.894
Propaganda e publicidade	**18.131**	18.936
Anatel	**7.618**	9.694
Outros	**63.848**	46.635
	2.615.251	2.407.716
Circulante	**1.288.408**	**1.163.258**
Não circulante	**1.326.843**	**1.244.458**

1) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

9. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Tvsat (**)	Claro (*) (**)	Americel (**)	Claro Pay (**)	EG (**)	NXT Par (**)	Claro NXT (**)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	760.549	7.433.996	504.900	-	-	-	-	8.699.445
Resultado da equivalência patrimonial	99.452	1.557.950	53.591	(97)	-	-	-	1.710.896
Distribuição de dividendos e juros sobre capital (1)	-		(25.140)	-	-	-	-	(25.140)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(509)		-	-	-	(509)
Ágio na aquisição de empresa (2)	-	-	-	16	-	-	-	16
Aumento de capital (4)	-	5.627	1.515.000	1.000	-	-	-	1.521.627
Perda em transações de capital (5)	-	-	(71.243)	-	-	-	-	(71.243)
Variação cambial em controlada no exterior	-	(4.807)	24	-	-	-	-	(4.783)
Atualização de passivo atuarial	(35)	(14.157)	216	-	-	-	-	(13.976)
Reflexo de outras movimentações de controladas	-	(743)	-	-	-	-	-	(743)
Mudança de participação	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	859.966	8.977.864	1.976.839	919	-	-	-	11.815.588
Resultado da equivalência patrimonial	**-**	**1.364.588**	**717.465**	**(32.133)**	**24.762**	**(39.083)**	**7.204**	**2.042.803**
Distribuição de dividendos e juros sobre capital (1)	**-**	**-**	**(176.775)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(176.775)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**(5.808)**	**-**	**(7.465)**	**-**	**-**	**(13.273)**
Aumento de participação (3)	**-**	**-**	**-**	**-**	**131.693**	**-**	**-**	**131.693**
Aumento de capital (4)	**-**	**-**	**-**	**33.800**	**700**	**-**	**-**	**34.500**
Operações societárias (Nota 1 i. / ii.)	**(859.966)**	**(4.723.962)**	**(107.022)**	**-**	**(11)**	**39.083**	**23.380**	**(5.628.498)**
Variação cambial em controlada no exterior	**-**	**3.093**	**(17)**	**-**	**88**	**-**	**-**	**3.164**
Atualização de passivo atuarial	**-**	**290.911**	**(3.888)**	**-**	**6.691**	**-**	**(57)**	**293.657**
Mudança de participação	**-**	**334**	**8**	**-**	**-**	**-**	**-**	**342**
Prescrição de dividendos	**-**	**199**	**750**	**-**	**5**	**-**	**-**	**954**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**-**	**5.913.027**	**2.401.552**	**2.586**	**156.463**	**-**	**30.527**	**8.504.155**

(*) A base para cálculo do investimento é o patrimônio líquido ajustado do direito de reserva pertencente ao controlador, até maio de 2020.

(**) As referidas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outros auditores independentes.

Notas Explicativas

1) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

2021

Em 26 de janeiro de 2021, em AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$1.875 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R$0,0246987963 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R$2.500 à conta de Reserva de Lucros, à razão R$0,0279919691 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de março de 2021, em AGE foi aprovado pagamento de JCP no montante de R$4.700 à conta de Reserva de Lucros, à razão R$0,0526249019 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de junho de 2021, em AGE foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R$128.000, à razão de R$1,7124498751 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 29 de julho de 2021, em AGE foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R$5.500, à razão de R$0,0724498024 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 23 de setembro de 2021, em AGE foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R$4.200, à razão de R$0,0553253036 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 21 de outubro de 2021, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R$4.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado o pagamento de JCP no montante de R$26.000 à conta de Reserva de Lucros a Realizar constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2020

Em 20 de janeiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$6.540 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R$0,3401736451 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R$1.600 à conta de Reserva de Lucros, à razão R$0,0707394736 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Em 21 de agosto de 2020, em AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$3.000 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R$0,0395180740 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de novembro de 2020 foi aprovada em AGE distribuição de dividendos intermediários no montante de R$1.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, à razão de R$0,0131726913 por lote de 1.000 ações, na forma do artigo 204 da lei nº6.404/76.

Em 30 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R$13.000 à conta de Reserva de Lucros, à razão R$0,1455582394 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o qual resultará, após o Imposto de Renda retido na fonte, em JSCP líquido de R$11.050, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

2) Em 15 de maio de 2020, a Companhia adquiriu 100 (cem) ações ordinárias, equivalentes a totalidade da posição acionária da controlada Claro Pay, sociedade anônima de capital fechado.

3) Aumento de participação

Em 30 de junho de 2021, mediante contrato de compra e venda celebrado entre a controlada Americel e a Companhia, foi concluída a venda total da participação detida pela Americel na EG para a Companhia.

4) Aumentos de capital:

2021

Em 13 de maio de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R$1.100, com a emissão de 4.122.155 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Claro Telecom Participações S.A. e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da acionista Claro Participações.

Em 16 de julho de 2021, em Assembleia Geral Ordinário e Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social na EG no montante de R$700, com a emissão de 26.473 novas ações ordinárias e 26.473 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e subscritas individualmente pela acionista Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 29 de julho de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R$5.500, com a emissão de 550.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Claro Participações e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Notas Explicativas

Em 17 de setembro de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R$8.200, com a emissão de 4.991.519.895 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 21 de outubro de 2021, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R$4.000, com a emissão de 2.989.703.089 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirma sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 14 de dezembro de 2021, foi deliberado em AGE o aumento de capital na controlada Claro Pay no montante de R$ 15.000 capitalizado em moeda corrente, mediante emissão de 23.227.157 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.

2020

Em 20 de maio de 2020, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), o aumento de capital na controlada Claro no montante de R$5.627 oriundo da última parcela de reserva especial de ágio, mediante emissão de 29.722 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.

Em 27 de julho de 2020, foi deliberado em AGE, o aumento de capital na controlada Americel no montante de R$1.515.000 realizado por meio de capitalização de crédito decorrente de 151.500 debêntures de titularidade da Companhia em face da controlada Claro no mesmo valor, nos termos dos instrumentos celebrados por ocasião da 8ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversível em ações. Foram emitidas 56.689.155.511 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 24 de agosto de 2020, foi deliberado em AGE, o aumento de capital na controlada Claro Pay no montante de R$1.000 capitalizado em moeda corrente, mediante emissão de 1.000.000 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.

Notas Explicativas

5) Perda em transações de capital

Em 05 de novembro de 2020, a controlada Americel registrou perda em função da compra da participação total do acionista não controlador na EG Participações S.A. (“EG”), no montante de R$71.243.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os detalhes das principais controladas diretas e indiretas, são como se seguem:

	2021		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	**Lucro líquido (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**Capital votante**
Claro	**2.996.719**	**12.985.329**	**48.456**	**40.185**	**45,54**	**83,24**
Americel	**717.468**	**2.401.552**	**75.914.631**	**-**	**100,00**	**100,00**
Claro Pay	**(32.133)**	**2.569**	**8.559.572**	**-**	**100,00**	**100,00**
EG	**42.153**	**209.748**	**7.067**	**7.067**	**74,60**	**49,19**
Claro NXT	**1.764.306**	**8.061.157**	**86.447.903**	**-**	**0,38**	**0,38**

	2020		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	**Lucro líquido (prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**Capital votante**
Claro	3.421.278	19.714.489	48.449	40.185	45,54	83,25
Americel	53.592	1.976.837	75.914.631	-	100,00	100,00
Tvsat	199.903	2.117.839	5.961.702	5.961.702	40,61	32,22
Claro Pay	(97)	903	1.000	-	100,00	100,00

Os investimentos no consolidado estão compostos como seguem:

	2021	**2020**
Ustore Software e Serviços de Informática S.A. (1)	**17.777**	16.599
Tvsat – Investimento (2)	**-**	1.748.470
EG Participações (3)	**156.463**	224.542
Claro Pay S.A.	**16**	16
Outros	**19**	19
	174.275	1.989.646

(1) Em 31 de agosto de 2020, foi finalizado o laudo de Alocação do Preço de Compra (*PPA - Purchase Price Allocation),* da empresa Ustore pela controlada Claro, sendo do total do ágio foram alocados R$9.812 ao Intangível e R$3.336 ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo.

(2) Em 02 setembro de 2020, foi deliberado em AGE, o aumento de capital na Tvsat no montante de R$830.816 oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (t*ransponders*, estação terrena e outros).

(3) Em 29 de outubro de 2020, mediante contrato de compra e venda celebrado entre os acionistas, ficou acordado a venda total da participação do acionista não controlador da EG para a controlada Americel.

Em 30 de junho de 2021, mediante contrato de compra e venda celebrado entre a controlada Americel e a Companhia, foi concluída a venda total da participação detida pela Americel na EG para a Companhia.

Notas Explicativas

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui influência significativa e contabilização pelo método de equivalência patrimonial:

	Tvsat	
	2021	**2020**
Resumo do Balanço Patrimonial:		
Ativo circulante	**2.196.735**	1.943.352
Ativo não circulante	**1.782.253**	1.135.815
Total do ativo	**3.978.988**	3.079.167
Passivo circulante	**564.293**	776.370
Passivo não circulante	**156.912**	184.958
Patrimônio líquido	**3.257.783**	2.117.839
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.978.988**	3.079.167

Resumo da Demonstração de Resultados:	**2021**	**2020**
Receita operacional, líquida	**1.347.356**	1.487.515
Custos e despesas operacionais	**(1.040.869)**	(1.254.359)
Despesa financeira, líquida	**(9.542)**	(23.591)
Imposto de renda e contribuição social	**94.126**	(9.662)
Lucro líquido do exercício	**391.071**	199.903

10. Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado						
Custo	**Saldo em 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Cessão de ativos (2)**	**Direito de uso em arrendamento (b)**	**Saldo em 31/12/2020**
Equipamentos de transmissão	72.212.719	813.709	(535.232)	3.637.296	(2.205.379)	-	73.923.113
Infraestrutura	11.282.519	11	(39.631)	651.336	-	-	11.894.235
Equipamentos de comutação	19.290.853	435	(58.533)	1.110.371	-	-	20.343.126
Prédios	1.198.654	-	(838)	69.915	-	-	1.267.731
Terrenos	437.477	-	-	893	-	-	438.370
Outros ativos imobilizados	4.724.355	91.483	(13.405)	71.003	-	-	4.873.436
Ajuste ao valor de realização	(1.358.457)	-	-	-	-	-	(1.358.457)
Imobilizado em andamento (3)	5.397.922	6.151.252	(17.688)	(5.565.893)	(302)	-	5.965.291
Imobilizado em operação e andamento	113.186.042	7.056.890	(665.327)	(25.079)	(2.205.681)	-	117.346.845
Direito de uso em arrendamento (b)	6.943.912	-	-	-	-	184.790	7.128.702
Total	120.129.954	7.056.890	(665.327)	(25.079)	(2.205.681)	184.790	124.475.547

Depreciação	**Vida útil estimada em anos**	**Saldo em 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Cessão de ativos (2)**	**Direito de uso em arrendamento (b)**	**Saldo em 31/12/2020**
Equipamentos de transmissão	2,3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	(51.586.350)	(4.156.431)	450.471	91	1.374.865	-	(53.917.354)
Infraestrutura	5,10,12,15,20, 25 e 30	(7.507.137)	(460.395)	35.519	(111)	-	-	(7.932.124)
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	(14.816.926)	(1.008.896)	40.535	(18)	-	-	(15.785.305)
Prédios	20 e 25	(851.821)	(28.214)	344	(0)	-	-	(879.691)
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	(4.140.649)	(269.259)	13.252	38	-	-	(4.396.618)
Ajuste ao valor de realização		1.347.363	2.051	-	-	-	-	1.349.414
Imobilizado em operação e andamento		(77.555.520)	(5.921.144)	540.121	-	1.374.865	-	(81.561.678)
Direito de uso em arrendamento (b)		(1.040.128)	-	-	-	-	(1.002.680)	(2.042.808)
Total		(78.595.648)	(5.921.144)	540.121	-	1.374.865	(1.002.680)	(83.604.486)
Imobilizado, líquido		41.534.306	1.135.746	(125.206)	(25.079)	(830.816)	(817.890)	40.871.061

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação, bem como para o intangível.
(2) Referem-se aos bens cedidos pela TdB para aumento de capital na Tvsat, conforme Nota 1.
(3) Saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e implantação da tecnologia fotônica na transmissão DWDM.

	Consolidado						
Custo	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Operações societárias (Nota 1i.)**	**Direito de uso em arrendamento (b)**	**Saldo em 31/12/2021**
Equipamentos de transmissão	73.923.113	**514.409**	**(792.963)**	**8.404.914**	**10.393.214**	**-**	**92.442.687**
Infraestrutura	11.894.235	**7.632**	**(279.330)**	**1.311.987**	**801.477**	**-**	**13.736.001**
Equipamentos de comutação	20.343.126	**333**	**(31.421)**	**1.481.848**	**711.097**	**-**	**22.504.983**
Prédios	1.267.731	**-**	**(1.750)**	**(6.234)**	**107.451**	**-**	**1.367.198**
Terrenos	438.370	**-**	**(40)**	**2.459**	**10.367**	**-**	**451.156**
Outros ativos imobilizados	4.873.436	**115.417**	**(17.207)**	**129.804**	**301.268**	**-**	**5.402.718**
Ajuste ao valor de realização	(1.358.457)	**-**	**-**	**-**	**(402.000)**	**-**	**(1.760.457)**
Imobilizado em andamento (2)	5.965.291	**10.343.520**	**(3.776)**	**(11.138.348)**	**47.899**	**-**	**5.214.586**
Imobilizado em operação e andamento	117.346.845	**10.981.311**	**(1.126.487)**	**186.430**	**11.970.773**	**-**	**139.358.872**
Direito de uso em arrendamento (b)	7.128.702	**-**	**-**	**-**	**1.919.213**	**1.754.495**	**10.802.410**
Total	124.475.547	**10.981.311**	**(1.126.487)**	**186.430**	**13.889.986**	**1.754.495**	**150.161.282**

Depreciação	**Vida útil estimada em anos**	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Operações societárias (Nota 1 i)**	**Direito de uso em arrendamento (b)**	**Saldo em 31/12/2021**
Equipamentos de transmissão	2,3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	(53.917.354)	**(4.848.211)**	**675.864**	**14.907**	**(9.068.330)**	**-**	**(67.143.124)**
Infraestrutura	5,10,12,15,20, 25 e 30	(7.932.124)	**(551.322)**	**133.989**	**(200.080)**	**(750.776)**	**-**	**(9.300.313)**
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	(15.785.305)	**(1.225.349)**	**31.179**	**(164.093)**	**(519.316)**	**-**	**(17.662.884)**
Prédios	20 e 25	(879.691)	**(29.829)**	**1.581**	**59.708**	**(107.451)**	**-**	**(955.682)**
Outros ativos imobilizados	5, 13, 15 e 25	(4.396.618)	**(271.018)**	**17.101**	**(3.537)**	**(273.521)**	**-**	**(4.927.593)**
Ajuste ao valor de realização		1.349.414	**57.897**	**-**	**-**	**283.809**	**-**	**1.691.120**
Imobilizado em operação e andamento		(81.561.678)	**(6.867.832)**	**859.714**	**(293.095)**	**(10.435.585)**	**-**	**(98.298.476)**
Direito de uso em arrendamento (b)		(2.042.808)	**-**	**-**	**-**	**(958.409)**	**(1.668.561)**	**(4.669.778)**
Total		(83.604.486)	**(6.867.832)**	**859.714**	**(293.095)**	**(11.393.994)**	**(1.668.561)**	**(102.968.254)**
Imobilizado, líquido		40.871.061	**4.113.479**	**(266.773)**	**(106.665)**	**2.495.992**	**85.934**	**47.193.028**

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para a operação, bem como para o intangível.
(2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e quinta geração (5G).

Notas Explicativas

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento

Incluem contratos de aluguel enquadrados na regra da IFRS 16/CPC 06 (R2). Referem-se principalmente à arrendamento de lojas, terrenos, espaço em torres de terceiros, infraestrutura de rede, dentre outros.

		Consolidado			
	Vida útil estimada em anos	**Saldo em 31/12/2019**	**Adições, líquidas (1)**	**Amortização do direito de uso**	**Saldo em 31/12/2020**
Equipamentos de transmissão	7	148.197	12.011	(26.993)	133.215
Prédios	5	160.338	(23.781)	(41.636)	94.921
Infraestrutura	3, 4 e 8	5.595.249	414.976	(1.152.467)	4.857.758
Direito de uso em arrendamento, líquido		5.903.784	403.206	(1.221.096)	5.085.894

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

		Consolidado				
	Vida útil estimada em anos	**Saldo em 31/12/2020**	**Adições, líquidas (1)**	**Amortização do direito de uso**	**Operações societárias (Nota 1 i.)**	**Saldo em 31/12/2021**
Equipamentos de transmissão	7	133.215	**37.762**	**(28.807)**	**4.024**	**146.194**
Prédios	5	94.921	**26.618**	**(41.901)**	**809**	**80.447**
Infraestrutura	3, 4 e 8	4.857.758	**1.690.115**	**(1.597.853)**	**955.971**	**5.905.991**
Direito de uso em arrendamento, líquido		5.085.894	**1.754.495**	**(1.668.561)**	**960.804**	**6.132.632**

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados na controlada Claro, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Notas Explicativas

d) Satélites

Em virtude da operação de incorporação da Star One realizada em AGE em 18 de dezembro de 2018, a controlada Claro é sucessora legal de todos os bens, direitos e obrigações que compõem o acervo cindido.

Em 30 de julho de 2021, ocorreu lançamento do novo satélite Star One D2, que complementará a cobertura de Banda Ka do Star One D1, ampliando as ofertas de *backhaul* e banda larga para todo o território nacional. O Star One D2 também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2. Fornece também capacidade em Banda X, para uso do Ministério da Defesa do Brasil. Com a Banda Ku, o satélite fornecerá capacidade de dados, vídeo e *Internet* para órgãos do Governo e grandes empresas de diversos setores das Américas do Sul e Central, incluindo o México, além de possibilitar a transmissão de sinais para TV em geral. O D2 poderá distribuir os sinais de TV aberta que deverão ser migrados da Banda C para Banda Ku, por conta da chegada do 5G. Em 30 de setembro de 2021, o satélite D2 foi transferido da rubrica de imobilizado em andamento para operação na rubrica de equipamento de transmissão no montante de R$1.498.106.

Em setembro de 2020, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), o aumento de capital na Tvsat pela TdB no montante de R$830.816 oriundo de aumento de capital da controlada Claro na TdB, através de cessão de ativos imobilizados (*transponders*, estação terrena e outros) e transferência da titularidade dos direitos de exploração de satélites, conforme Nota 1.

e) Juros capitalizados

A controlada Claro adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos no montante de R$184.295 em 2021 (R$155.711 em 31 de dezembro de 2020).

f) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

g) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

11. Intangível

a) Movimentação do intangível

	Consolidado					
Custo	**Saldo em 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Mais-valia (2)**	**Saldo em 31/12/2020**
Licenças de outorga	14.533.442	47.991	-	12.029	-	14.593.462
Direito de uso de *software*	5.468.653	153	(16.604)	227.189	9.812	5.689.203
Ágio	3.769.869	-	-	-	-	3.769.869
Direito de uso de circuitos e de passagem	1.670.818	-	-	341.322	-	2.012.140
Fundo de comércio	92.242	-	-	-	-	92.242
Outros ativos intangíveis	203.885	1.173	(1)	1.307	-	206.364
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.657.303	-	-	-	-	1.657.303
Ajuste ao valor de realização	(163.234)	-	-	-	-	(163.234)
Intangível em andamento	279.327	688.239	-	(556.768)	-	410.798
Total	27.512.305	737.556	(16.605)	25.079	9.812	28.268.147

Amortização	**Vida útil estimada em anos**	**Saldo em 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Mais-valia (2)**	**Saldo em 31/12/2020**
Licenças de outorga	6,15 e 20	(11.208.238)	(470.454)	-	-	-	(11.678.692)
Direito de uso de *software*	5	(3.856.392)	(477.604)	8.707	2	-	(4.325.287)
Ágio	-	(174.207)	-	-	-	-	(174.207)
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	(730.194)	(111.786)	-	-	-	(841.980)
Fundo de comércio	1	(92.161)	(83)	-	-	-	(92.244)
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(197.883)	(3.975)	-	-	-	(201.858)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 - 6,7 e 10,75	(1.206.738)	(3.797)	-	-	-	(1.210.535)
Ajuste ao valor de realização	-	163.234	-	-	-	-	163.234
Total		(17.302.579)	(1.067.699)	8.707	2	-	(18.361.569)
Intangível, líquido		10.209.726	(330.143)	(7.898)	25.081	9.812	9.906.578

(1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.
(2) Trata de mais-valia da Ustore, conforme Nota 1.

Custo	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências (1)	Operações societárias (Nota 1 i.)	Saldo em 31/12/2021
Licenças de outorga	14.593.462	-	(34.280)	970.194	2.620.414	18.149.790
Direito de uso de *software*	5.689.203	13.370	(98)	85.238	1.868.800	7.656.513
Ágio	3.769.869	-	-	-	-	3.769.869
Direito de uso de circuitos e de passagem	2.012.140	98.411	-	60.657	-	2.171.208
Fundo de comércio	92.242	-	-	1.256	2.188	95.686
Outros ativos intangíveis	206.364	933	(642)	0	7.470	214.125
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	1.657.303	-	-	-	-	1.657.303
Ajuste ao valor de realização	(163.234)	-	-	-	-	(163.234)
Intangível em andamento	410.798	5.218.281	(2.064)	(1.320.940)	78	4.306.153
Total	28.268.147	5.330.995	(37.084)	(203.595)	4.498.950	37.857.413

Amortização	Vida útil estimada em anos	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências (1)	Operações societárias (Nota 1 i.)	Saldo em 31/12/2021
Licenças de outorga	6,15 e 20	(11.678.692)	(685.182)	-	(0)	(1.462.553)	(13.826.427)
Direito de uso de *software*	5	(4.325.287)	(792.581)	7.161	340.320	(1.798.672)	(6.569.059)
Ágio	-	(174.207)	-	-	-	-	(174.207)
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	(841.980)	(131.258)	-	-	-	(973.238)
Fundo de comércio	1	(92.244)	(198)	-	3	(2.188)	(94.627)
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(201.858)	(33.841)	17.926	(30.063)	(7.423)	(255.259)
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 - 6,7 e 10,75	(1.210.535)	(3.797)	-	-	-	(1.214.332)
Ajuste ao valor de realização	-	163.234	-	-	-	-	163.234
Total		(18.361.569)	(1.646.857)	25.087	310.260	(3.270.836)	(22.943.915)
Intangível, líquido		9.906.578	3.684.138	(11.997)	106.665	1.228.114	14.913.498

(1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.

Notas Explicativas

a) Licenças de outorga

As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal.

A controlada Claro adquiriu através de leilão realizado pela ANATEL em dezembro de 2014, radiofrequência na faixa de 700MHz nacionais para a prestação do SMP, e, em atendimento às obrigações do leilão, constituíram em 02 de março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2021	**2020**
12.1 Fornecedores		
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços		
Fornecedores diversos (1)	**12.628.148**	7.265.016
Interconexão e *roaming*	**124.988**	116.733
Cobilling	**49.882**	78.013
	12.803.018	7.459.762
12.2 Outras contas a pagar		
Fornecedores - cessão de direito (2)	**1.379.799**	1.021.713
	1.379.799	1.021.713
Total fornecedores e outras contas a pagar	**14.182.817**	8.481.475
Circulante	**12.614.788**	7.657.181
Não circulante	**1.568.029**	824.294

(1) Inclui os valores referentes a constituição das entidades EAF e a EACE (Nota 1).

(2) Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a controlada Claro negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a controlada Claro anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a controlada Claro não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a controlada.

Notas Explicativas

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	**3.602.337**	**-**	**3.602.337**	2.664.978	3.500.000	6.164.978
Notas promissórias (b)	**2.255.125**	**-**	**2.255.125**	374.162	2.154.615	2.528.777
Total da dívida	**5.857.462**	**-**	**5.857.462**	3.039.140	5.654.615	8.693.755

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2020
Debêntures (a)	5.184.486	2.500.000	(1.500.000)	(241.843)	222.335	6.164.978
Notas promissórias (b)	2.455.078	-	-	-	73.699	2.528.777
	7.639.564	2.500.000	(1.500.000)	(241.843)	296.034	8.693.755

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2021
Debêntures (a)	6.164.978	**(2.615.000)**	**(157.079)**	**209.438**	**3.602.337**
Notas promissórias (b)	2.528.777	**(360.000)**	**(29.012)**	**115.360**	**2.255.125**
	8.693.755	**(2.975.000)**	**(186.091)**	**324.798**	**5.857.462**

a) Debêntures

No vencimento, 27 de julho de 2021, a Companhia liquidou 151.500 debêntures relativas à primeira emissão da Companhia, ocorrida em 27 de julho de 2018 no valor de R$1.515.000 de principal e R$22.802 de juros, remuneradas a 104,25% do CDI.

No vencimento, 29 de março de 2021, a controlada Claro liquidou 110.000 debêntures relativas à sexta emissão da Companhia, no valor de R$1.100.000 de principal e R$5.544 de juros, remuneradas a 104% do CDI, emitidas em 28 de março de 2018.

No vencimento, 16 de outubro de 2020, a controlada Claro liquidou 1.500.000 debêntures relativas à quinta emissão da Companhia, no valor de R$1.500.000 de principal e R$7.622 de juros, remuneradas a 102,9% do CDI, emitidas em 25 de outubro de 2017.

Em 30 de janeiro de 2020, a controlada Claro realizou a 10ª emissão de 2.500.000 debêntures quirografárias (décima emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00 (hum mil reais), totalizando R$2.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,96%, juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2020, e prazo de 2 anos, com vencimento final em 30 de janeiro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia.

Notas Explicativas

Em 02 de setembro de 2019, a controlada Claro realizou a 9ª emissão de 100.000 debêntures quirografárias (nona emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R$1.000.000 de principal, remuneradas a 106,5% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de março de 2020, e prazo de 3 anos, com vencimento final em setembro de 2022. As debêntures emitidas não têm garantia.

No vencimento, em 23 de maio de 2019, a controlada Claro liquidou 100.000 debêntures relativas à sétima emissão da companhia, no valor de R$1.000.000 de principal e R$13.907 de juros, remuneradas a 103,9% de CDI, emitidas em 02 de junho de 2017.
Em 28 de março de 2018, a controlada Claro realizou a 6ª emissão de 110.000 debêntures quirografárias (sexta emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R$1.100.000 de principal, remuneradas a 104% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 28 de junho de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de março de 2021. As debêntures emitidas não têm garantia.

b) Notas promissórias

No vencimento, 22 de novembro de 2021, a controlada Claro liquidou 360 notas promissórias (quarta emissão), totalizando R$360.000 de principal e R$29.012 de juros, remuneradas a CDI + 0,60%, emitidas em 27 de novembro de 2019.

Em 22 de novembro de 2019, a controlada Claro emitiu 360 notas promissórias (sexta emissão), com valor nominal unitário de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) totalizando R$360.000 com vencimento em 22 de novembro de 2021, taxa de juros remuneratórios de CDI + 0,60%, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia.

No vencimento, em 22 de novembro de 2019, a controlada Claro liquidou 360 notas promissórias (quarta emissão), totalizando R$360.000 de principal e R$22.580 de juros, remuneradas a 103,25% de CDI, emitidas em 27 de novembro de 2018.

No vencimento, em 02 de setembro de 2019, a controlada Claro liquidou 100 notas promissórias (segunda emissão), totalizando R$1.000.000 de principal e R$136.507 de juros, remuneradas a 102,4% de CDI, emitidas em 12 de setembro de 2017.

Em 29 de março de 2019, a controlada Claro emitiu 400 notas promissórias (quinta emissão), com valor nominal unitário de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) totalizando R$2.000.000 com vencimento em 29 de março de 2022, com taxa de juros remuneratórios de 106% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. As notas promissórias emitidas não têm garantia.

c) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

Notas Explicativas

14. Obrigações fiscais, líquidas

	Consolidado	
	2021	2020
Obrigações fiscais, líquidas		
FUST, FUNTTEL e FISTEL (1)	**1.247.135**	688.731
ICMS	**81.775**	708
PIS/COFINS	**9.801**	71.780
IRRF	**4.748**	1.950
IRPJ e CSLL	**304.513**	7.456
ISS	**28.025**	29.644
CIDE	**23.042**	12.795
Refis	**1.974**	2.424
Outros	**18.891**	7.077
Total	**1.719.904**	822.565
Circulante	**1.569.534**	677.388
Não circulante	**150.370**	145.177

(1) A controlada Claro passou a ter a exigibilidade do pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) suspensa por liminar no montante de R$560.201 em 2021 e R$478.984 em 2020.

15. Provisões

	Consolidado	
Natureza	**2021**	**2020**
Contingências		
Tributárias	**4.857.193**	4.590.536
Regulatórias, cíveis e ambientais	**2.602.990**	1.871.713
Trabalhistas e previdenciárias	**1.003.713**	890.787
	8.463.896	7.353.036
Provisão para desmantelamento de ativos	**683.861**	809.276
Participação de empregados no resultado	**354.056**	411.502
Total de provisões	**9.501.813**	8.573.814
Circulante	**446.630**	475.353
Não circulante	**9.055.183**	8.098.461

Notas Explicativas

15.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.408.455	1.716.938	924.350	7.049.743
Adições (reversões), líquidas	89.493	203.062	237.493	530.048
Baixas por pagamentos	(4.413)	(198.232)	(302.195)	(504.840)
Atualização monetária	97.001	149.945	31.139	278.085
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.590.536	1.871.713	890.787	7.353.036
Operações societárias (Nota 1 i.)	**117.754**	**151.861**	**125.857**	**395.472**
Adições (reversões), líquidas	**57.889**	**147.960**	**409.296**	**615.145**
Baixas por pagamentos	**(18.165)**	**(276.449)**	**(419.837)**	**(714.451)**
Atualização monetária	**109.179**	**707.905**	**(2.390)**	**814.694**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.857.193**	**2.602.990**	**1.003.713**	**8.463.896**

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2021	2020
Depósitos judiciais	**3.918.310**	3.268.052
Bloqueios judiciais	**29.952**	17.776
Total	**3.948.262**	3.285.828

15.1.1 Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

a) ICMS

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$12.475.659 (R$10.822.464 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R$894.066 são classificados como perda provável (R$808.050 em 31 de dezembro de 2020) e R$11.581.593 classificadas como possível pela Administração e seus consultores jurídicos (R$10.014.414 em 31 de dezembro de 2020). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

A controlada Claro possui autuações fiscais para exigência de ICMS sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2021, essas causas montam a R$3.625.307 (R$3.880.324 em 31 de dezembro de 2020), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

As controladas Claro e Americel possuem também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R$504.808 em 31 de dezembro de 2021 (R$496.468 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

Notas Explicativas

A controlada Claro possui contingências fiscais referente a exigência de ICMS, sobre locação de equipamentos, no valor de R$544.997 em 31 de dezembro de 2021 (R$482.825 em dezembro de 2020), do qual foi provisionado o valor de R$323.523, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R$318.883 em 31 de dezembro de 2020). O valor remanescente é avaliado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível de perda.

As controladas Claro e Americel possuem ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R$253.577 em 31 de dezembro de 2021 (R$269.129 em 31 de dezembro de 2020), do qual R$14.835 foi classificado como provável de perda por seus consultores jurídicos (R$2.526 em 31 de dezembro de 2020.

b) IRPJ/CSLL

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$4.977.808 (R$4.866.736 em 31 de dezembro de 2020), do qual R$875.338 foi classificado como perda provável (R$864.681 em 31 de dezembro de 2020) e R$4.102.470 classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R$4.002.055 em 31 de dezembro de 2020). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

I. Contingência da controlada Claro oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R$295.689 (R$292.650 em 31 de dezembro de 2020), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral.

II. Contingências da controlada Claro referentes a exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R$2.575.830 em 31 de dezembro de 2021 (R$2.484.816 em 31 de dezembro de 2020). Em julgamento realizado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, uma das exigências fiscais foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% de seu montante total. Após decisão em 1ª instância administrativa, a controlada Claro constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R$118.135 em 31 de dezembro de 2021 (R$115.781 em 31 de dezembro de 2020), sendo o valor restante, no montante de R$2.457.965 em 31 de dezembro de 2021 (R$2.369.035 em 31 de dezembro de 2020), classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

III. Contingências fiscais referentes a glosas de compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, em razão de suposta decadência dos créditos utilizados no valor de R$802.761 e multa isolada no valor de R$631.124 em 31 de dezembro de 2021 (R$773.868 e multa isolada no valor de R$575.133 em 31 de dezembro de 2020), ambas classificadas como perda possível.

Notas Explicativas

c) IRRF/CIDE

As controladas Claro e Americel possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R$1.123.412 em 31 de dezembro de 2021 (R$862.284 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R$32.766 em 31 de dezembro de 2021 (R$28.363 em 31 de dezembro de 2020), são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como perdas prováveis e R$1.090.646 em 31 de dezembro de 2021 (R$833.921 em 31 de dezembro de 2020) são classificados como perdas possíveis.

d) PIS/COFINS

As controladas Claro e Americel possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$4.404.355 (R$3.899.570 em 31 de dezembro de 2020), do qual R$1.387.228 foi classificado como perda provável (R$1.295.798 em 31 de dezembro de 2020) e R$3.017.127 foi classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R$2.603.772 em 31 de dezembro de 2020). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

A controlada Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R$1.185.916 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.134.279 em 31 de dezembro de 2020), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

As controladas Claro e Americel possuem ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R$1.757.814 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.695.588 em 31 de dezembro de 2020). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

e) FUST/FUNTTEL

As controladas Claro e Americel possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R$3.167.923 atualizados em 31 de dezembro de 2021 (R$2.961.265 em 31 de dezembro de 2020), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R$378.579 atualizados em 31 de dezembro de 2021 (R$372.198 em 31 de dezembro de 2020) e o restante como possível.

As controladas Claro, Americel e TdB possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R$1.295.439 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.128.934 em 31 de dezembro de 2020), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R$105 atualizados em 31 de dezembro de 2021 (R$171 em 31 de dezembro de 2020) e o restante como possível.

Notas Explicativas

f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL/ILL

As controladas Claro e Americel possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ, Base Negativa de CSLL e ILL, no valor de R$634.419 em 31 de dezembro de 2021, dos quais R$213.644 são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como prováveis (R$205.152 em 31 de dezembro de 2020) e R$420.775 como possíveis de perda em 31 de dezembro de 2021 (R$444.729 em 31 de dezembro de 2020).

g) ISS

As controladas Claro e Americel possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$13.275 (R$11.614 em 31 de dezembro de 2020) foi provisionado e R$487.735 (R$427.446 em 31 de dezembro de 20209) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda.

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

As controladas Claro e Americel possuem contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R$1.142.472 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.002.515 em 31 de dezembro de 2020), do qual foi provisionado o valor de R$1.020.077 (R$996.856 em 31 de dezembro de 2020).

i) Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”), Taxa de Fiscalização de Funcionamento (“TFF”) e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento (“TFE”)

As controladas Claro e Americel possuem contingência referente ao não recolhimento de TFI, TFF e TFE supostamente devidas no valor de R$4.912.087 em 31 de dezembro de 2021 (R$3.366.090 em 31 de dezembro de 2020). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

j) Outras contingências tributárias

As controladas Claro e Americel possuem outras contingências fiscais no valor de R$293.799 no consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R$99.355 em 31 de dezembro de 2020). Foi constituída provisão no valor de R$21.866 no consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R$7.187 em 31 de dezembro de 2020).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais, trabalhistas e previdenciárias

Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021 foi de R$4.015.382, sendo R$1.598.143 considerado como perda provável e R$2.417.239 como possível (R$1.020.942 considerado como perda provável e R$2.077.476 como possível em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021 foi de R$4.015.593, sendo R$889.310 considerado como perda provável e R$3.126.283 como possível (R$775.923 considerado como provável e R$2.371.876 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021, foi de R$626.694, sendo R$92.574 considerado como perda provável e R$534.120 como possível (R$63.850 considerado como perda provável e R$466.295 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021, foi de R$444.972, sendo R$22.964 considerado como perda provável e R$422.008 como possível (R$10.998 considerado como perda provável e R$236.855 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021, foi de R$2.348.533, sendo R$1.003.713 considerado como provável e R$1.344.820 como possível (R$890.787 considerado como perda provável e R$1.434.042 como possível, em 31 de dezembro de 2020).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

As controladas Claro e Americel possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no valor atualizado de R$234.878 em 31 de dezembro de 2021 (R$180.998 em 31 de dezembro de 2020), das quais R$20.249 (R$466 em 31 de dezembro de 2020) foram classificadas como perda provável e R$214.629 (R$180.532 em 31 de dezembro de 2020) foram classificadas como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

15.1.2.1 Regulatórias

a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

a.1) Correção monetária

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu provisão de R$1.241.071 (R$689.304 em 31 de dezembro de 2020) com risco provável.

a.2) MMDS

Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Notas Explicativas

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2021, R$107.957 como perda possível (R$107.957 em 31 de dezembro de 2020).

b) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2021, R$33.005 como perda provável (R$30.884 em 31 de dezembro de 2020) e R$152.171 como perda possível (R$143.121 em 31 de dezembro de 2020).

c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos, avaliado, em 31 de dezembro de 2021, R$271.880 (R$248.361em 31 de dezembro de 2020) como perda provável.

Notas Explicativas

d) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2021 o valor de R$326.067 como perda provável e R$2.063.443 como perda possível (R$300.754 como perda provável e R$1.934.354 como perda possível em 31 de dezembro de 2020).

e) CADE

Em 9 de março de 2021, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE emitiu parecer não vinculante recomendando multas contra a Claro Brasil, Oi Móvel AS. e Telefônica Brasil SA, que constituíram o Consórcio Rede Correios para participação do Pregão Eletrônico 144/2015-Correios. As potenciais multas referem-se a uma ação movida pela British Telecom do Brasil contra as empresas participantes do Consórcio Rede Correios, alegando, em resumo, práticas anticoncorrenciais e dificuldades à participação da BT em licitação. O caso está sob análise do tribunal do CADE para uma decisão final, a qual poderá ser contestada em tribunais judiciais. A Administração da Companhia não concorda com a alegação da autora e pretende contestar a decisão final caso não nos seja favorável. O valor da multa pecuniária recomendada pelo Tribunal do CADE pode ser substancial, mas neste momento não podemos estimar razoavelmente o intervalo de perda possível relacionado ao processo.

15.1.2.2 Cíveis

a) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08.O valor envolvido é de R$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada Claro, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como perda possível.

b) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2021 o valor de R$889.310como provável (R$775.923 em 31 de dezembro de 2020) e R$2.824.933 (R$2.053.376 em 31 de dezembro de 2020), como perda possível.

Notas Explicativas

15.2 Provisão para desmantelamento de ativos

As controladas Claro, Claro NXT e Americel mantém registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R$56.446 (R$207.391 em 31 de dezembro de 2020). E o montante de R$683.860 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulante (R$809.276 em 31 de dezembro de 20209).

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	**809.276**	711.468
Operações societárias (Nota 1 i.)	**131.148**	-
Atualização monetária	**(60.145)**	102.733
Adições (baixas), líquidas	**(196.419)**	(4.925)
Total	**683.860**	809.276

Notas Explicativas

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, *fees* referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 1, a controlada Claro, junto com as demais operadoras adquirentes da Radiofrequência na faixa de 700MHz (através do leilão realizado em dezembro de 2014), constituíram em 2 de março de 2015 a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

Conforme descrito na Nota 1, a controlada Claro junto com as demais operadoras adquirentes do leilão 5G constituíram a EAF e a EACE.

Conforme descrito na Nota 17, as controladas Claro, Claro NXT, Americel, TdB e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Apresentamos a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Consolidado					
		2021		2020		2021	2020
	Natureza da transação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	(a)	**97.196**	**-**	482.058	-	**175.681**	158.724
América Móvil Colômbia	(b)	**278.174**	**118**	62.794	195	**632.908**	601.370
Amov Finance B.V.	(c)	**-**	**24.021.380**	-	-	**(1.804.156)**	(785.172)
NII International Mobile S.á.r.l Inc	(c)	**-**	**12.268.266**	-	-	**(316.950)**	-
América Móvil Perú (1)	(c)	**2.979**	**5**	2.560	890.042	**(68.524)**	383
América Movil S.A.B S.A.C. (2)	(c)	**-**	**-**	-	17.647.631	**-**	-
Embratel TVSAT Telecomunicações S.A. (3)		**-**	**-**	614.047	1.393.739	**-**	(62.953)
Claro Chile S.A.		**31.919**	**136**	8.718	85	**29.050**	17.398
Telmex Chile Holding		**47.203**	**-**	19.981	-	**37.276**	(34.442)
Claro TV S.A. de C.V.		**1.224**	**-**	6.831	-	**4.782**	(1.449.200)
Procisa do Brasil Projetos e Construções (“Procisa”)		**78**	**30.073**	22	19.337	**(179.426)**	(170.060)
Claro Vídeo, LLC ("DLA")		**-**	**15.930**	69	14.336	**(181.640)**	(196.060)
HITSS do Brasil Serviços (" HITSS ")		**3.746**	**187.851**	1.548	135.070	**(282.095)**	(216.281)
Latam LLC		**-**	**27.059**	-	7.443	**(41.938)**	(35.343)
Cablena do Brasil Ltda.		**34**	**7.525**	33	20.193	**-**	(4.589)
Claro NXT Telecomunicações Ltda.		**-**	**-**	265.631	1.756	**-**	395.961
Outras partes relacionadas		**29.491**	**619.369**	26.054	576.015	**10.682**	160.923
		492.044	**37.177.712**	1.490.346	20.705.842	**(1.984.350)**	(1.619.341)
Circulante		**491.044**	**794.380**	1.490.346	1.686.421		
Não circulante		**1.000**	**36.383.332**	-	19.019.421		

(1) Inclui também passivo de serviços de interconexão.
(2) Inclui também passivo de patrocínios.
(3) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

Notas Explicativas

(a) Em 07 de março de 2008, a controlada Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

(b) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela controlada Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência.

(c) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

					Consolidado					
Empresa	**Ref.**	**Parte relacionada**	**Taxas efetivas a.a.**	**Vencimento (1)**	**31/12/2019**	**Pagamentos (2)**	**Juros pagos (2)**	**Provisão de juros**	**Transferência (3)**	**31/12/2020**
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	10,50%	14 de março de 2024	132.488	(128.398)	(4.558)	468	-	-
Claro	c.1)	Amov Finance B.V.	11,50%	15 de março de 2027	20.689.972	(127.724)	(1.212.843)	774.110	(20.123.515)	-
Claro	c.2)	Amov Finance B.V.	7,85%	15 de janeiro de 2021	414.150	-	(19.864)	10.594	(404.880)	-
Claro	c.3)	América Móvil Perú S.A.C.	11,50%	15 de março de 2027	-	-	(38.786)	67.669	861.118	890.001
Claro	c.3)	América Móvil S.A.B. S.A.C.	11,50%	15 de março de 2027	-	(1.664.367)	(1.431.211)	1.442.454	19.262.397	17.609.273
Claro	c.3)	América Móvil S.A.B. S.A.C.	7,85%	15 de janeiro de 2021	-	(404.880)	(6.746)	6.746	404.880	-
					21.236.610	(2.325.369)	(2.714.008)	2.302.041	-	18.499.274

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.
(2) Em 2020 e 2019, a controlada Claro liquidou juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos.
(3) Em 30 de abril de 2020, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos.

Notas Explicativas

					Consolidado								
Empresa	**Ref.**	**Parte relacionada**	**Taxas efetivas a.a.**	**Vencimento (1)**	**31/12/2020**	**Captação**	**Pagamentos (2)**	**Juros pagos (2)**	**Provisão de juros**	**Trans-ferências (3)**	**Operações societárias (Nota 1i.)**	**Variação cambial**	**31/12/2021**
Claro	c.3)	América Móvil Perú S.A.C.	11,50%	15/03/2027	890.001	-	-	(100.404)	75.097	(864.694)	-	-	-
Claro	c.3)	Amov Finance B.V.	11,50%	15/03/2027	-	17.549.177	(5.783.368)	(919.768)	1.207.341	864.694	(4.686.039)	-	8.232.037
Claro	c.3)	América Móvil S.A.B. de C.V.	11,50%	15/03/2027	17.609.273	-	(17.598.031)	(67.459)	56.217	-	-	-	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	15/01/2026	-	2.109.000	-	(17.831)	25.370	-	(2.007.515)	(109.024)	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	27/01/2026	-	135.038	-	(1.119)	1.470	-	(125.364)	(10.025)	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	28/01/2026	-	135.550	-	(1.109)	1.460	-	(125.355)	(10.546)	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,82%	26/02/2026	-	277.775	-	(2.325)	2.615	-	(250.208)	(27.857)	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	3,14%	06/03/2026	-	568.010	-	-	5.330	-	(505.237)	(68.103)	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	3,14%	10/03/2026	-	579.600	-	-	5.231	-	(505.150)	(79.681)	-
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,54%	22/01/2026	-	272.960	(104)	(4.518)	6.555	-	-	6.009	280.902
Claro	c.4)	Amov Finance B.V.	2,82%	23/02/2026	-	273.640	(104)	(4.904)	6.587	-	-	5.224	280.443
Claro	c.5)	Amov Finance B.V.	4,90%	11/03/2030	-	5.306.743	-	-	76.700	-	(4.817.673)	(565.770)	-
Claro	c.6)	NII International Mobile S.á.r.l Inc	4,22% (*) (**)	29/03/2026	-	-	-	-	210.404	-	7.621.376	152.579	7.984.359
Claro NXT	c.6)	NII International Mobile S.á.r.l Inc	4,54% (*) (**)	11/06/2023	-	-	-	-	106.546	-	3.498.547	678.814	4.283.907
Claro NXT	c.7)	Amov Finance B.V.	6,10%	17/12/2021	-	-	(1.967.240)	(5.333)	4.666	-	1.967.907	-	-
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	11,50%	15/03/2027	-	-	(1.493.243)	(141.933)	198.234	-	4.686.039	-	3.249.097
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	2,54%	15/01/2026	-	-	(104)	(18.122)	28.162	-	2.007.515	231.646	2.249.097
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	2,54%	27/01/2026	-	-	(104)	(1.136)	1.759	-	125.364	14.462	140.345
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	2,54%	28/01/2026	-	-	(104)	(1.141)	1.759	-	125.355	14.466	140.335
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	2,82%	26/02/2026	-	-	(104)	(2.569)	3.907	-	250.208	28.935	280.377
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	3,14%	06/03/2026	-	-	(104)	(11.424)	8.703	-	505.237	58.155	560.567
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	3,14%	10/03/2026	-	-	(104)	(11.315)	8.703	-	505.150	58.035	560.469
Claro NXT	c.8)	Amov Finance B.V.	4,90%	11/03/2030	-	-	(104)	(152.401)	128.851	-	4.817.673	536.554	5.330.573
Claro	c. 9)	Amov Finance B.V.	10,30%	26/07/2028	-	1.538.000	(20)	(17.161)	69.965	-	-	-	1.590.784
Claro	c.10)	Amov Finance B.V.	12,20%	16/11/2028	-	543.850	-	-	8.478	-	-	-	552.328
Claro	c.11)	Amov Finance B.V.	12,00%	20/12/2028	-	571.740	-	-	2.287	-	-	-	574.027
					18.499.274	**29.861.083**	**(26.842.838)**	**(1.481.972)**	**2.252.397**	**-**	**13.087.830**	**913.873**	**36.289.647**

(*) taxa média
(**) vencimento final dos contratos

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.
(2) Em 2021 a as controladas Claro e Claro NXT liquidaram juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V e Amov Finance S.A.B. de C.V.
(3) Em 11 de janeiro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a troca de credores dos empréstimos e não houve alterações nos demais termos contratuais.

Notas Explicativas

c.1) Em março de 2017, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a quitação integral de 14 contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de principal R$26.392.046 e de juros R$1.176.813, e a contratação de quatro novos contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R$27.310.661 com prazo de sete e dez anos, conforme abaixo:

Devedor	Valor (R$)	Taxa	Vencimento
Claro S.A.	10.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	9.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	5.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	3.310.661	10,50% a.a.	14 de março de 2024

De janeiro a abril de 2020, a controlada Claro antecipou o pagamento parcial destes contratos no valor de R$256.122.

c.2) No dia 18 de setembro de 2019, a controlada Claro firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo com o refinanciamento de juros no valor de R$404.880. Este valor refere-se à parcela de juros vencidos nesta mesma data no valor de R$293.245 referente aos contratos descritos no c.5), e ao saldo de principal e juros totalizando R$111.635 referente ao contrato descrito no c.4).

c.3) Em 30 de abril de 2020, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de Amov Finance B.V., para América Móvil S.A.B. de C. V. – México e América Móvil Perú S.A.C. – Peru. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais, conforme legenda c.5).

De maio a dezembro de 2020, a controlada Claro antecipou o pagamento parcial destes contratos no valor de R$2.069.247.

Em 11 de janeiro de 2021, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de América Móvil S.A.B. de C. V. – México, para Amov Finance B.V.- Holanda. As demais condições contratuais permaneceram inalteradas.

Neste período a Claro antecipou o pagamento parcial de alguns contratos no valor de R$48.855 de principal e R$67.459 de juros, para a América Móvil S.A.B de C.V. E, de janeiro a setembro, a Claro também antecipou pagamentos à Amov Finance, sendo de principal R$417.174 e liquidou juros devidos no total de R$633.388.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia fez uma reestruturação da dívida alterando o credor de América Móvil Perú S.A.C. – Peru, para Amov Finance B.V., - Holanda. Permaneceram inalteradas as demais condições contratuais.

Notas Explicativas

c.4) De janeiro a março de 2021, para compor o reperfilamento de passivos da controlada Claro, a Companhia contratou os empréstimos a seguir, no valor total de USD800.000, com as seguintes características.

Devedor	Valor (USD)	Data da contratação	Taxa de juros	Vencimento
Claro	50.000.000	22/01/2021	2,54%	22/01/2026
Claro	50.000.000	22/02/2021	2,82%	23/02/2026
Claro NXT (*)	400.000.000	15/01/2021	2,54%	15/01/2026
Claro NXT (*)	25.000.000	27/01/2021	2,54%	27/01/2026
Claro NXT (*)	25.000.000	28/01/2021	2,54%	28/01/2026
Claro NXT (*)	50.000.000	26/02/2021	2,82%	26/02/2026
Claro NXT (*)	100.000.000	05/03/2021	3,14%	06/03/2026
Claro NXT (*)	100.000.000	09/03/2021	3,14%	10/03/2026

(*) Trata-se da operação societária, conforme Nota 1 i. / ii..

c.5) Em março de 2021, a controlada Claro, fez a modificação de um contrato da dívida, cujo saldo era de R$5.306.743. As principais alterações foram a troca da moeda de Reais para Dólares Americanos, redução da taxa de juros fixa de 11,5% para fixa de 4,9% a.a., e alongamento do perfil da dívida, alterando o vencimento de 2027 para 2030.

c.6) Em 05 de fevereiro de 2021, foram realizadas operações societárias onde a controlada Claro incorporou a NXT Par. Nesta mesma data, alguns passivos da Claro NXT foram cindidos e incorporados pela controlada Claro. Desta forma, a partir de 05 de fevereiro de 2021 a Claro assumiu as obrigações das dívidas das companhias citadas, mantendo em plena eficácia e efeito os mesmos termos e condições originalmente contratados.

c.7) No dia 18 de dezembro de 2019, a controlada Claro NXT firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo no valor de R$2.110.000. Este empréstimo foi utilizado para compor o reperfilamento de passivos da subsidiária. No decorrer de 2020 e 2021, a Companhia efetuou o pagamento total deste contrato.

c.8) No dia 30 de junho de 2021, com a cisão parcial da controlada Claro alguns passivos foram cindidos e incorporados pela Claro NXT. Desta forma, a partir de 30 de junho de 2021, a Claro NXT assumiu as obrigações das dívidas da companhia citada, mantendo em plena eficácia e efeito os mesmos termos e condições originalmente contratados.

c.9) Em 26 de julho de 2021, com o objetivo de alongar o perfil da dívida e melhor adequação ao fluxo de caixa:

a) a controlada Claro NXT realizou pagamento parcial de empréstimo junto à Amov Finance B.V., no valor de R$1.493.223 de principal e juros de R$52.679, e

b) a controlada Claro contraiu um novo empréstimo com a Amov Finance B.V., no valor de R$1.538.000, com taxa de juros de 10,3%a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento final em 26 de julho de 2028.

c.10) No dia 16 de novembro de 2021 a controlada Claro contraiu novo empréstimo no valor de R$543.850, com taxa de juros de 12% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 06 de novembro de 2028.

c.11) No dia 20 de dezembro de 2021 a controlada contraiu novo empréstimo no valor de R$571.740, com taxa de juros de 12% a.a. a serem pagos semestralmente, e vencimento em 20 de dezembro de 2028.

Notas Explicativas

Debêntures

Em 27 de julho de 2018, a controlada Claro realizou a 8ª emissão de 151.500 debêntures quirografárias (oitava emissão) privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R$1.515.000 de principal, remuneradas a 105% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021. Nesta mesma data, a Companhia adquiriu a totalidade destas debêntures.

De janeiro a julho de 2020, a controlada Claro efetuou o pagamento dos juros no valor de R$66.941.

Em 27 de julho de 2020, a Companhia subscreveu a totalidade destas debêntures para a controlada Americel que, em 25 de junho de 2021, subscreveu e integralizou aumento de capital na controlada Claro NXT mediante conferência de tais debentures, conforme Nota 1 ii.

Em 27 de julho de 2021 a controlada Claro liquidou a oitava emissão de 151.500 debêntures quirografárias privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R$1.515.000 de principal, e juros de R$22.968.

Em 27 de julho de 2021, a Companhia realizou a segunda emissão privada de 153.800 debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R$1.538.000 de principal, remuneradas a CDI mais 1,55%, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2022, prazo de 3 anos, com vencimento final em 27 de julho de 2024. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro NXT.

Devedor	31/12/2020	Captação	Provisão de juros	31/12/2021
Claro NXT	-	**1.538.000**	**53.177**	**1.591.177**
	-	**1.538.000**	**53.177**	**1.591.177**

Notas Explicativas

16.2. Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2021	**2020**
Salário	**20.543**	13.121
Benefícios diretos e indiretos	**778**	818
Participação nos resultados	**11.605**	12.233
Outros	**932**	924
Total	**33.858**	27.096

17. Planos de benefício pós-emprego

Demonstrativo de movimentação no consolidado:

a) Ativo atuarial:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	**257.583**	341.104
Outros resultados abrangentes	**36.087**	43.216
Avaliação plano benefício definido	**11.621**	18.990
Recebimentos	**(184.776)**	(145.727)
Saldo final	**120.515**	257.583
Circulante	**120.495**	135.928
Não circulante	**20**	121.655

b) Passivo atuarial:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	**2.578.692**	2.373.812
Operações societárias (Nota 1 i.)	**897**	-
Outros resultados abrangentes	**(925.395)**	89.449
Atualizações atuariais	**2.280**	3.370
Custo dos serviços e juros, líquidos	**201.921**	185.688
Pagamentos efetuados	**(81.708)**	(73.627)
Saldo final	**1.776.687**	2.578.692
Circulante	**9.996**	11.833
Não circulante	**1.766.691**	2.566.859

As controladas Claro, Claro NXT, TdB, Tvsat e Americel são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam:

(i) Plano de Benefício Definido (“PBD”) e Plano de Assistência Médica (“AMAP”) para os aposentados participantes do PBD: A controlada Claro;
(ii) Plano de Contribuição Variável (“PCV”): As controladas Claro, TdB, Tvsat e Americel;
(iii) Plano de saúde: controladas Claro, Claro NXT e Americel; e
(iv) Plano Gerador de Benefício Livre (“PGBL”): controladas Claro e Americel.

Notas Explicativas

As controladas Claro e Americel oferecem plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante consolidado, que somavam R$1.766.691 em 31 de dezembro de 2021. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2022 é de R$18.073.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social (“PREVIC”), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2021, a posição consolidada de participantes do PBD era: 1 ativo, 3.105 aposentados e pensionistas.

As controladas Claro e Americel ofereciam aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2021, monta à importância de R$9.996 no circulante e R$1.680 no não circulante.

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2021 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.470 ativos, 4.374 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2022 é de R$1.747.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

	2021			2020		
Ativo (passivo) de benefícios	**AMAP e plano de saúde**	**PBD**	**PCV**	**AMAP e plano de saúde**	**PBD**	**PCV**
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.763.451)**	**(2.865.774)**	**(2.073.540)**	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)
Valor justo dos ativos	**7.893**	**4.185.266**	**2.716.522**	8.048	4.197.459	2.362.843
Superávit (déficit) do plano	**(1.755.558)**	**1.319.492**	**642.982**	(2.322.761)	1.141.638	(242.296)
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	**-**	**(1.198.997)**	**(652.415)**	-	(884.054)	-
Plano de benefício ativo, líquido	**-**	**-**	**9.433**	-	-	242.296
Dívida contratada	**-**	**-**	**(11.676)**	-	-	(13.634)
Total do passivo atuarial	**(1.755.558)**	**120.495**	**(11.676)**	(2.322.761)	257.584	(13.634)

Notas Explicativas

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**	**AMAP e plano de saúde**	**PBD**	**PCV**
Saldo inicial	**(2.330.809)**	**(3.055.821)**	**(2.605.139)**	(2.363.686)	(2.729.098)	(2.107.453)
Operações societárias (Nota 1 i.)	**(767)**	**-**	**(937)**	-	-	-
Custo do serviço corrente	**(17.320)**	**-**	**(676)**	(22.387)	-	(734)
Custo dos juros	**(168.703)**	**(189.964)**	**(162.805)**	(162.150)	(181.761)	(142.815)
Ganho/perdas atuariais	**693.211**	**21.536**	**520.474**	(84.680)	(446.999)	(496.085)
Benefícios pagos para ativos do plano	**60.937**	**358.475**	**175.543**	302.094	302.037	141.948
Saldo final	**(1.763.451)**	**(2.865.774)**	**(2.073.540)**	(2.330.809)	(3.055.821)	(2.605.139)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**	**AMAP e plano de saúde**	**PBD**	**PCV**
Saldo inicial	**8.048**	**4.197.459**	**2.362.843**	6.990	4.017.288	2.381.159
Operações societárias (Nota 1 i.)	**-**	**-**	**807**	-	-	-
Rendimentos sobre ativos do plano	**595**	**258.872**	**147.096**	(451)	267.331	162.143
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	**(750)**	**272.186**	**377.369**	9.785	360.603	(45.039)
Contribuições da patrocinadora	**17.437**	**(184.776)**	**3.950**	70.526	(145.726)	6.528
Benefícios pagos	**(17.437)**	**(358.475)**	**(175.543)**	(78.802)	(302.037)	(141.948)
Saldo final	**7.893**	**4.185.266**	**2.716.522**	8.048	4.197.459	2.362.843

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2021		2020	
	PBD	**PCV**	**PBD**	**PCV**
Saldo inicial	**(884.054)**	**-**	(947.086)	(274.457)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	**(57.287)**	**-**	(66.580)	(19.294)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	**(257.656)**	**(652.415)**	129.612	293.751
Saldo final	**(1.198.997)**	**(652.415)**	(884.054)	-

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
2022	88.009	284.312	215.954
2023	97.553	286.191	215.632
2024	107.540	287.475	215.028
2025	117.739	287.948	214.101
2026	127.806	287.390	212.803
2027 a 2031	775.998	1.394.691	1.028.287

Notas Explicativas

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2021			2020		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**	**AMAP e plano de saúde**	**PBD**	**PCV**
Custo do serviço corrente	**(17.320)**	**-**	**(676)**	(22.387)	-	(734)
Juros líquido passivo (ativo)	**(168.108)**	**(11.621)**	**(15.709)**	(162.601)	(18.990)	34
	(185.428)	**(11.621)**	**(16.385)**	(184.988)	(18.990)	(700)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

	AMAP	**PBD**	**PCV**
Taxa de desconto	8,67% a.a.	8,51% a.a.	8,58% a.a.
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Crescimento dos custos médicos	4,80% a 9,44% a.a.	3,25% a.a.	4,80% a 9,44% a.a.
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.	-	-
Custo médico anual, aos 65 anos de idade (1)	R$ 17.159	-	-

(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2020 a 2021.

b) Fatores biométricos

	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)	-	-
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 80	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)	UP 84 Modificada (2)	Álvaro Vindas
(iv) Rotatividade	Nula	-	-

(2) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	AMAP e plano de saúde	**PCV**	**PBD**
Taxa de desconto	7,79% - 9,79%	7,58% - 9,58%	7,51% – 9,51%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%	-	-

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	2021		2020	
	Consolidado		**Consolidado**	
	Taxa de desconto		**Taxa de desconto**	
Plano de benefícios	**1%**	**-1%**	**1%**	**-1%**
PBD	2.682.141	(3.074.955)	2.834.230	(3.312.196)
AMAP e plano de saúde	1.676.144	(2.117.311)	2.067.718	(2.660.956)
PCV	1.934.407	(2.232.460)	2.376.425	(2.875.021)

Notas Explicativas

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	2021		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**
Ações	**-**	**0,01%**	**5,55%**
Fundos de investimento	**100,00%**	**94,35%**	**93,95%**
Investimentos imobiliários	**-**	**5,40%**	**-**
Outros	**-**	**0,24%**	**0,50%**
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**

18. Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos.

Seguindo a Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, a qual aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, como expediente prático, a Companhia optou por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que ocorreu como consequência direta da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento. Dessa forma, a Companhia e suas controladas reconheceram qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato como se não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Saldo inicial	**5.423.859**	**6.126.360**
Operações societárias (Nota 1 i.)	**2.042.793**	-
Adições, líquidas (1)	**1.755.547**	374.257
Encargos financeiros	**929.388**	474.786
Pagamentos	**(2.399.964)**	(1.551.544)
Saldo final	**7.751.623**	5.423.859
Circulante	**2.333.592**	1.490.911
Não circulante	**5.418.031**	3.932.948

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2021:

Vencimentos das prestações	Valor
2022	**2.488.076**
2023	**2.069.830**
2024	**1.650.465**
2025	**1.430.557**
2026	**886.599**
Posterior a 2026	**2.653.157**
Valores não descontados	**11.178.684**
Juros embutidos	**(3.427.061)**
Saldo do passivo de arrendamento	**7.751.623**

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$9.509.569, divididos em 203.583.506.268 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

1. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal constituída no exercício foi até o limite de 20% do capital social realizado, de acordo com o limite legal societário. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

2. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou a reserva de lucros no montante de R$1.663.072 referente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e outros ajustes, e R$14.645 de reversão de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$1.449.873 referente ao lucro líquido ajustado após dividendos a pagar e outros ajustes).

c) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais no montante de R$293.657 (R$13.976 em 31 de dezembro de 2020) e reflexo de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior no montante de R$3.164 (R$4.873 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

d) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu dividendo mínimo obrigatório de R$16.799.

e) Resultado por ação

	2021	2020
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	**1.935.026**	1.612.548
Denominador (por lote de mil ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	**203.583.506**	203.583.506
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:		
Ação ordinária	**0,00950**	0,00792

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.

f) Destinação do lucro líquido

Lucro líquido do exercício	**1.935.026**
Constituição da reserva legal	**(88.414)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**(16.799)**
Constituição da reserva de lucros	**(1.663.072)**

20. Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta de serviços	**50.130.937**	46.711.981
Receita bruta de aparelhos	**1.898.405**	1.924.618
Deduções de vendas:		
Tributos	**(11.450.518)**	(11.270.906)
Descontos	**(834.917)**	(1.115.491)
Devoluções	**(25.909)**	(42.328)
Receita operacional, liquida	**39.717.998**	36.207.874

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas

21. Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	**(23.775.050)**	(20.493.613)
Despesas comerciais	**(7.636.889)**	(6.969.586)
Despesas gerais e administrativas	**(3.029.301)**	(2.599.974)
Outras receitas operacionais, líquidas	**1.100.107**	659.815
	(33.341.133)	(29.403.358)
Serviços de terceiros	**(8.126.653)**	(6.947.833)
Depreciação e amortização	**(10.155.172)**	(8.167.656)
Mão de obra própria	**(3.774.172)**	(3.716.819)
Interconexão	**(1.461.362)**	(1.320.125)
Canais de conteúdo	**(4.748.602)**	(4.074.698)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	**(1.415.489)**	(1.383.475)
Taxas e contribuições	**(1.477.757)**	(1.386.394)
Aluguéis	**(252.802)**	(94.872)
Publicidade	**(755.677)**	(679.672)
Provisão para perdas de crédito esperadas (1)	**(712.649)**	(919.270)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	**(460.798)**	(712.544)
	(33.341.133)	(29.403.358)

(1) Compreende, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	**658**	31.265	**360.081**	498.432
Variações monetárias, líquidas	**13**	-	**45.684**	-
	671	31.265	**405.765**	498.432
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	**(78.543)**	(45.444)	**(4.787.041)**	(4.021.621)
Variações cambiais, líquidas	**(27.170)**	(82.544)	**(1.037.627)**	(356.515)
Variações monetárias, líquidas	**-**	-	**-**	(99.579)
	(105.713)	(127.988)	**(5.824.668)**	(4.477.715)
	(105.042)	(96.723)	**(5.418.903)**	(3.979.283)

Notas Explicativas

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Corrente		
Imposto de renda	**(456.549)**	343.869
Contribuição social	**(186.707)**	105.902
	(643.256)	449.771
Diferidos		
Imposto de renda	**2.281.836**	27.642
Contribuição social	**823.000**	4.056
	3.104.836	31.698
	2.461.580	481.469

A Companhia e algumas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R$2.522.350 em 31 de dezembro de 2021 (R$264.010 em 31 de dezembro de 2020), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.935.026**	1.612.548	**990.584**	2.994.394
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**(657.909)**	(548.266)	**(336.799)**	(1.018.094)
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	**694.553**	581.705	**11.092**	57.515
Perdas com recebíveis		-	**(21.628)**	(19.949)
Tributos diferidos não constituídos contabilmente (1)	**(25.356)**	(28.475)	**(157.955)**	(27.959)
Tributos diferidos constituídos no período (2)	**-**	-	**2.340.165**	-
Incentivos fiscais	**-**	-	**26.408**	48.779
Subvenção para investimento (3)	**-**	-	**380.373**	1.067.982
Subcapitalização	**-**	-	**(179.232)**	-
Créditos fiscais exclusão Selic (4)	**-**	-	**703.761**	-
Outras adições (exclusões) (5)	**(11.288)**	(4.964)	**(304.605)**	373.195
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	**-**	-	**2.461.580**	481.469
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**	-	**(643.256)**	449.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**-**	-	**3.104.836**	31.698
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	-	**2.461.580**	481.469
Taxa efetiva	**N/A**	N/A	**248,5%**	16,1%

1) Tributos diferidos sobre diferenças temporárias sem perspectiva de recuperação conforme estudos técnicos.

2) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias constituídos no período, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme nota 7.2.

3) Em 2020, com as recentes Soluções de Consulta Cosit nºs 11 e 15, de março de 2020 que confirmam a natureza interpretativa da LC 160/2017 e a possibilidade de aplicação retroativa da norma, a controlada Claro passou a beneficiar-se dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada e no art. 30 da Lei 12.973/2014, portanto os valores correspondentes a este incentivo não são computados na determinação do lucro real, com impacto em 2021 no montante de R$292.427 (R$411.336 em 2020).

4) Algumas controladas registram um ativo fiscal no montante de R$703.761 decorrente da não incidência do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre juros Selic, sendo que R$551.915 representam IRPJ e CSLL diferidos e R$151.846 representam IRPJ e CSLL correntes pago a maior, conforme nota 7.3.

Notas Explicativas

5) Em 2019 e 2020 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% (2019) e 80% (2020) do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Entretanto tal benefício foi declarado somente na entrega da ECF de 2019 e 2020 que ocorreram em setembro de 2020 e setembro de 2021 respectivamente. Os efeitos da adoção desse benefício impactaram o IRPJ e a CSLL no ano de 2020 e 2021.

24. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

a) Valores estimados de mercado

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.

Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	Consolidado			
	2021			
	Classificação	**Hierarquia de valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	**(1)**	**Nível 1**	**1.738.910**	**1.738.910**
Contas a receber	**(2)**	**Nível 2**	**6.117.610**	**6.117.610**
Depósitos e bloqueios judiciais	**(1)**	**Nível 1**	**3.948.262**	**3.948.262**
			11.804.782	**11.804.782**
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	**(2)**	**Nível 2**	**14.182.817**	**14.182.817**
Passivo de arrendamento	**(2)**	**Nível 2**	**7.751.623**	**7.751.623**
Mútuos com partes relacionadas em reais	**(2)**	**Nível 2**	**14.198.273**	**14.448.623**
Mútuos com partes relacionadas em dólares	**(2)**	**Nível 2**	**22.091.373**	**22.446.146**
Notas promissórias	**(2)**	**Nível 2**	**2.255.125**	**2.264.995**
Debêntures com partes relacionadas	**(2)**	**Nível 2**	**1.591.177**	**1.592.381**
Debêntures	**(2)**	**Nível 2**	**3.602.337**	**3.645.976**
			65.672.725	**66.332.561**

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;
(2) Custo amortizado.

Notas Explicativas

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2021	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.738.910**	533.253
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**(5.857.462)**	(8.693.755)
Endividamento líquido	**4.118.552**	8.160.502
Patrimônio líquido	**13.783.239**	20.665.599
	29,9%	39,5%

c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I	Dólar - 5%	R$5,3015
Cenário II	Dólar - 25%	R$4,1854
Cenário III	Dólar - 50%	R$2,7903

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R$5,8595
Cenário II	Dólar + 25%	R$6,9756
Cenário III	Dólar + 50%	R$8,3708

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2021	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US$				
Partes relacionadas	22.091.373	1.104.569	5.522.843	11.045.687
Fornecedores	114.444	5.722	28.611	57.222
Outros (Ativos-Passivos)	(27.240)	(1.362)	(6.810)	(13.620)
Total		**1.108.929**	**5.544.644**	**11.089.289**
Alta do US$				
Partes relacionadas	22.091.373	(1.104.569)	(5.522.843)	(11.045.687)
Fornecedores	114.444	(5.722)	(28.611)	(57.222)
Outros (Ativos-Passivos)	(27.240)	1.362	6.810	13.620
Total		**(1.108.929)**	**(5.544.644)**	**(11.089.289)**

d) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2021	CDI + 50%	CDI – 50%
9,15%	13,73%	4,58%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2021	Ganho/(perda)	
		Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	5.857.462	(61.734)	67.936

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

e) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("*dealers*") e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, *internet* banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à *internet*, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia não tinha dívidas a longo prazo.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Notas Explicativas

25. Compromissos

A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
2022	**1.574.043**
2023 a 2026	**2.029.761**
2027 a 2032	**1.698.333**
2033 a 2037	**391.583**
Total	**5.693.720**

26. Seguros

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R$1.828.431, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Outras garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, cíveis e trabalhistas no montante de R$18.817.820 em 31 de dezembro de 2021 (R$13.349.216 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

28. Eventos subsequentes

a) Aprovações do CADE e da ANATEL

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, em deliberação ocorrida na 190ª Sessão Ordinária de Julgamento, aprovou a venda da UPI Ativos Móveis pela Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") e Oi S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi S.A.") para as Compradoras, sujeita à celebração e ao cumprimento de condicionantes previstos no Acordo em Controle de Concentrações. A decisão do CADE foi publicada no Diário Oficial da União (DoU) em 16 de fevereiro de 2022. Não obstante as aprovações do CADE e da ANATEL, esta última publicada no Diário Oficial da União (DoU) do dia 1º de fevereiro de 2022, o fechamento da Transação ainda está sujeito a verificação de condições precedentes adicionais que ainda não foram verificadas.

b) Debêntures

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia alterou a forma de pagamento dos juros da 2ª. emissão privada de debêntures quirografárias (segunda emissão), no valor de R$1.538.000, de pagamentos semestrais para juros a serem liquidados no final, junto com o principal em 27 de julho de 2024. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro NXT.

Em janeiro de 2022, a controlada Claro prorrogou de 2 para 3 anos, o vencimento da 10ª emissão de debêntures quirografárias (décima emissão), no valor total de R$2.500.000, de 30 de janeiro de 2022, para 30 de janeiro de 2023. A remuneração foi ajustada para CDI + 1,35%, permanecendo inalteradas as demais condições. Os juros semestrais, no valor de R$ 99.337 foram pagos em 30 de janeiro. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 28 de março de 2022, a controlada Claro realizou a emissão da 11ª debênture no valor de R$4.250.000, pelo prazo de 2 anos e custo de CDI + 1,40% a.a. Os recursos obtidos serão integralmente utilizados para promover o refinanciamento de dívida e capital de giro.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia e algumas controladas possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos ativos no montante líquido de R$ 11.280.749 mil em 31 de dezembro de 2021, referentes à imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2. A Companhia e suas controladas reconhecem estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e suas controladas, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

• Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente;
• Utilização de especialistas em avaliação de projeção de lucros e perdas, para auxílio na avaliação das premissas e metodologia utilizadas pela Claro Telecom Participações S.A. nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos, bem como comparação de certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia; e
• Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como suas respectivas divulgações.

Imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas controladas, de acordo com as Notas Explicativas nº 10 e nº 11, possuíam registrado, nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$ 47.193.028 mil e R$ 14.913.498 mil, respectivamente, dos quais R$ 3.595.662 mil são referentes aos ágios provenientes de diversas aquisições de negócios. Para o ágio com saldo de R$ 3.595.662 mil, a Companhia e suas controladas executam anualmente o teste de redução ao valor recuperável. Para o ativo imobilizado com saldo de R$ 47.193.028 mil e intangível com saldo de R$ 14.913.498 mil, ambos com vidas úteis definidas, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que esses ativos não são realizáveis. O citado teste é efetuado com base em seu plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 3.11 e nº 3.12 e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e de suas controladas, desempenho do mercado no qual atua e determinados indicadores financeiros, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

• Teste dos controles internos relevantes da Companhia e de suas controladas sobre o imobilizado e intangível, incluindo os controles internos sobre a redução ao valor recuperável e revisão das vidas úteis dos ativos;
• Envolvimento de profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável;
• Análise das projeções preparadas pela diretoria para determinar o valor recuperável destes ativos, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas e ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional;
• Envolvimento de profissionais especialistas em avaliação de ativos na revisão de laudo elaborado por terceiros que suportaram a mudança de vidas úteis de certos grupos do ativo imobilizado, que incluiu, principalmente: i) análise dos dados históricos da Companhia e de suas controladas; ii) Recálculo da depreciação calculada pela diretoria da Companhia e de suas controladas e iii) confronto com os montantes reconhecidos contabilmente para os grupos de ativos que tiveram sua vida útil alterada;
• Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração adotados pela administração do Imobilizado e intangível, incluindo ágio, bem como suas respectivas divulgações.

Reconhecimento de Receita

O reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas foi de R$ 39.717.998 mil de acordo com a Nota Explicativa nº 20, e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 3.19. Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a asseguração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia e de suas controladas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

• Teste dos controles internos da Companhia e de suas controladas: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia e de suas controladas, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas e (ii) controles automatizados estabelecidos pela diretoria relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar;
• Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
• Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
• Obtenção de confirmação junto assinantes e revendedores em 31 de dezembro de 2021 e exames de coleta subsequente;
• Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
• Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria aplicados e acima descritos, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das receitas, bem como suas respectivas divulgações.

Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15.1, o total de causas cuja probabilidade de perda provável é de R$ 4.857.193 mil. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor das controladas e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes:

• Teste dos controles internos relevantes da Companhia e de suas controladas sobre os passivos contingentes tributários;
• Entendimento com a diretoria e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, o status e as mudanças nas reivindicações mais significativas envolvendo a Companhia e suas controladas;
• Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos e interno, contratados pela diretoria indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia e suas controladas são partes envolvidas e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2021;
• Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021, comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foi considerado provável pela diretoria;
• Avaliamos a adequação das divulgações em notas explicativas da Companhia.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as provisões registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como suas respectivas divulgações, estão representadas de forma aceitável.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Reapresentação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, originalmente apresentadas em 24 de março de 2021, estão sendo reapresentadas, para contemplar os efeitos da modificação da prática contábil no que tange aos saldos de ganhos e perdas em transações de capital, conforme requerido pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Fábio Torres Rodrigues
Contador CRC 1SP-251.343/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

_____
José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

_____
Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

_____
José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

_____
Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores